



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA DA VARA DO TRABALHO DE TIMON (MA)  
-ANO 2020-  
Processo Administrativo n.º 4858/2020

Aos 22 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, às 09:00h, sob a orientação do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, **JOSÉ EVANDRO DE SOUZA**, iniciaram-se os trabalhos de Correição Ordinária, na modalidade telepresencial, na Vara do Trabalho de Timon (MA), com fundamento no artigo 682, inciso XI, da Consolidação das Leis do Trabalho e artigo 27, inciso II, do Regimento Interno deste órgão, no Ato 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020, e no Provimento CRTRT16 nº 01/2020, com a utilização da plataforma de videoconferência *Google Meet*. O Edital n.º 0222020, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho no dia 6 de outubro de 2020, tornou pública a Correição em referência, informando que esta se realizaria no período de 22 a 23/10/2020. Foram devidamente cientificados o Juízo da Vara do Trabalho, o Ministério Público do Trabalho e a Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Maranhão.

1. F

NOME	CARGO
José Evandro de Souza	Desembargador Vice-Presidente e Corregedor
Valéria Morais Marques	Secretária da Corregedoria
David Tedson Mendonça Ferreira	Analista Judiciário – Tecnologia da Informação
Olívia Maria Oliveira Almeida	Técnico Judiciário - Área Administrativa

2. DO ÓRGÃO CORREICIONADO

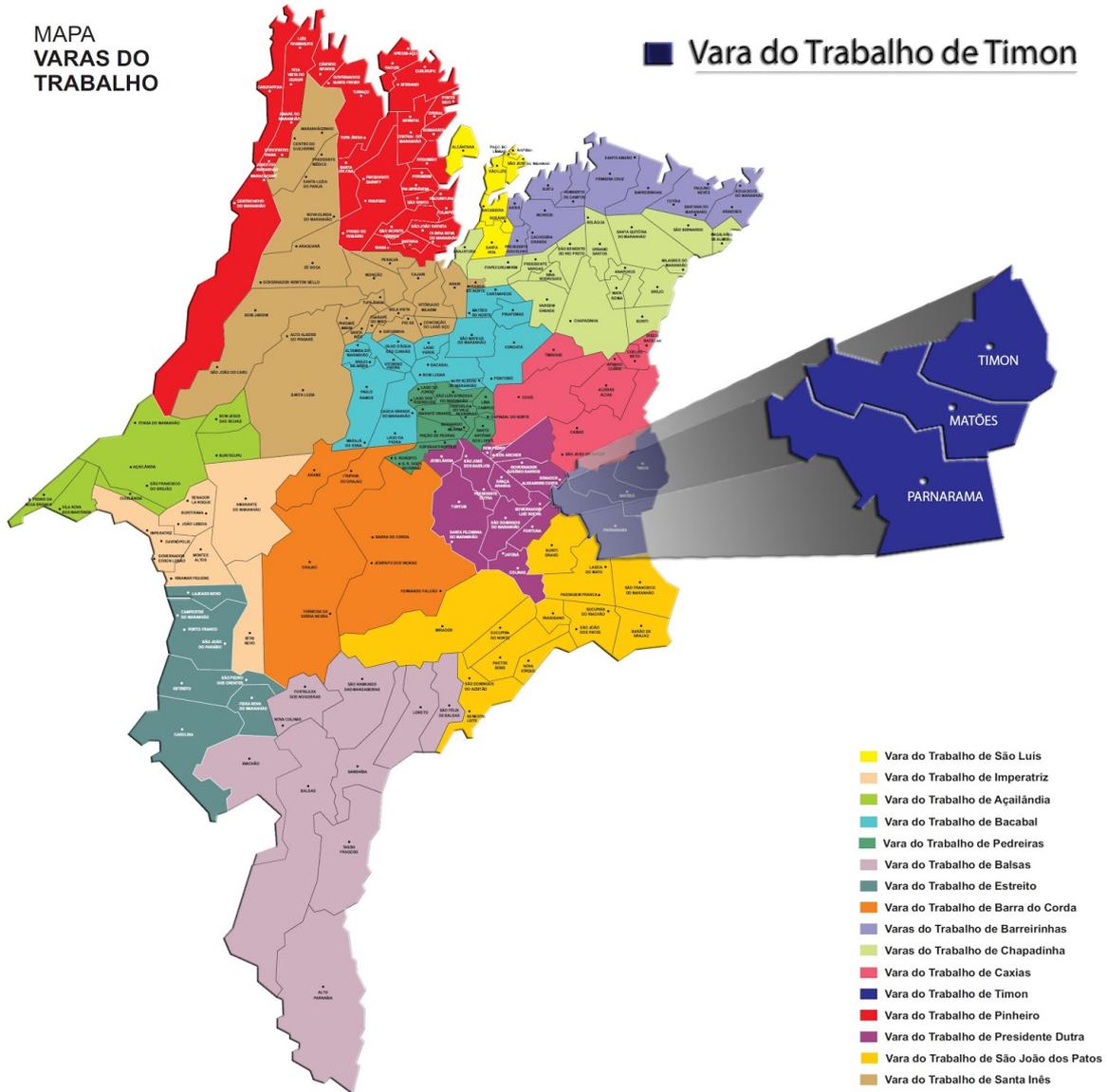
PRINCIPAIS INFORMAÇÕES	
Endereço	Situada à Avenida Jaime Rios, n.º 536, bairro Parque Piauí, município de Timon (MA), CEP 65631-210.
Telefone	(98) 3212-1313
Email	vttimon@trt16.jus.br
Lei de criação	Lei n.º 10.770 de 21 de novembro de 2003
Data da última correição	12 a 13/6/2020

ASSINADO DIGITALMENTE POR FRANCISCO JOSE DE CARVALHO NETO: 30816668 (Lei 11.419/2006) EM 19/11/2020 - 10:04:30  
Identificador de autenticação: LGKQI6XJ28.TGV7ECNFJ4.PDQ3QO9DQ7.MPVZ5YEUR7  
(Assinaturas adicionais na última página)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

2.1. Da Jurisdição



A jurisdição da Vara alcança os seguintes Municípios maranhenses:

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO ESTIMADA (2018)	POPULAÇÃO / SERVIDOR
Matões	33.615	3.735,00
Parnarama	34.805	3.867,22
Timon	167.973	18.663,67
<b>TOTAL</b>	<b>236.393</b>	<b>26.265,89</b>

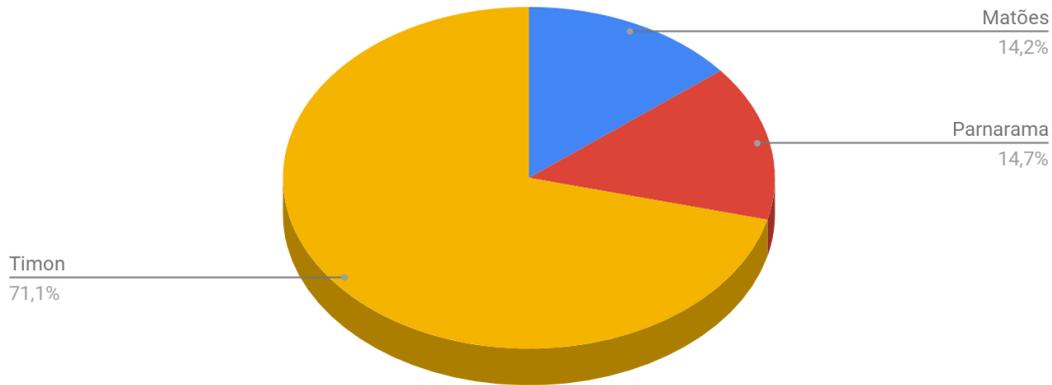
fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/>

ASSINADO DIGITALMENTE POR FRANCISCO JOSE DE CARVALHO NETO: 30816668 (Lei 11.419/2006) EM 19/11/2020 - 10:04:30  
Identificador de autenticação: LGKQI6XJ28.TGV7ECNFJ4.PDQ3Q09DQ7.MPVZ5YEUR7  
(Assinaturas adicionais na última página)



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

POPULAÇÃO ESTIMADA (2018)



### 3. DA METODOLOGIA DE TRABALHO

Os trabalhos correccionais obedeceram à seguinte metodologia: **análise dos relatórios extraídos do Sistema e-Gestão (remessa 878), com dados atualizados até 30/09/2020; verificação dos dados e rotinas da Vara pelo Sistema de Acompanhamento Processual Trabalhista da 1ª Instância (SAPT1), pelo Sistema do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) e Igest; averiguação, virtual, de documentos e procedimentos; coleta de informações prestadas pelo(a) Diretor(a) de Secretaria e demais servidores; verificação quanto ao cumprimento das recomendações e determinações exaradas na correição do ano pretérito, realizada no período de 12 a 13/06/2020, bem como o exame de processos eletrônicos, por amostragem, com especial atenção àqueles que eventualmente figuraram como objeto de denúncia ou pedidos de providências junto à Corregedoria e/ou Ouvidoria.**

### 4. DO CORPO FUNCIONAL DA VARA

#### 4.1. Magistrado Titular

NOME		LOTAÇÃO NA UNIDADE		
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO- Desde 28/12/2005, conforme Portaria 16ª GP Nº 147/2005				
AFASTAMENTOS LEGAIS (fonte Sistema do RH )				
INÍCIO	FIM	MOTIVOS	DIAS CORRIDOS	TOTAL
01/02/2019	02/03/2019	Férias	30	70
11/07/2020	30/07/2020		20	
14/04/2020	03/05/2020		20	
<b>DIAS ÚTEIS TRABALHADOS</b>				



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

2019			Até setembro /2020		
199 dias			119 dias		
Despachos / dia	Processos solucionados / dia (com exame de mérito)	Processos solucionados / dia (sem exame de mérito)	Despachos / dia	Processos solucionados / dia (com exame de mérito)	Processos solucionados / dia (sem exame de mérito)
<b>30,70</b>	<b>3,74</b>	<b>1,63</b>	<b>31,08</b>	<b>1,50</b>	<b>0,53</b>

- Para o cálculo dessa média, são contabilizadas todas as decisões e despachos proferidos em todas as varas em que o magistrado atuou.

#### 4.2. Outros magistrados substitutos que atuaram na Vara do Trabalho

NOME	LOTAÇÃO NA UNIDADE
<b>Carolina Burlamaqui Carvalho</b>	Designada para Auxiliar na VT no período de , de 04 a 08.02.2019 e de 11 a 15/02/2019
<b>Theanna de Alencar Borges</b>	Designada para presidir no período de 18 /02 a 03/03/2019 e de

#### 4.3. Assiduidade e Residência na sede da Vara

Conforme determina o art. 17 c/c art. 26, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT, o Juiz Titular é assíduo, comparecendo, regularmente, à Unidade.

Ademais, ainda em relação a esse Magistrado, é imperioso ressaltar que este não mantém residência na cidade sede da Vara em razão de haver sido concedida em seu benefício autorização para residir na cidade de Teresina, fora assim dos limites territoriais do município de Timon, por se tratarem de urbes contíguas (Resolução Administrativa n.º 18/2008).

#### 4.4. Dos servidores

A relação nominal dos servidores da Vara, com os respectivos cargos, formação profissional e funções comissionadas, é a seguinte:

SERVIDORES				
Nome	Cargo	Escolaridade	Função	Atividade Principal
Mauro Heider Silva Ferreira	Diretor de Secretaria	Superior Completo (Bacharelado em Direito)	CJ-03	Coordenação e controle dos serviços da secretaria/Gestão de processos judiciais; Assessoria do Juiz Titular.
Érica Cosme da Silva Soares	Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	Superior Completo (Direito)	GAE	Cumprimento de mandados



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

Jarlúcia de Castro Koury Masuad	Analista Judiciário - Área Judiciária	Superior Completo	FC-05	Elaborar minutas de despachos/decisões
Manoel Vitorino Ozório Mota	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Superior Completo (Bacharelado em Direito)	FC-04	Serviços de audiências
Edvan de Lima Braga		Superior Completo (Bacharelado em Direito)	FC-04	Elaborar minutas de despachos/decisões
Lara Rocha Nunes Melo		Superior Completo	FC-01	Notificações e controle de perícias
Liana Maria Valle Viana Carvalho		Superior Completo	S-FC	Pauta Manual de Audiências e Editais
Aldênio Farias Marinho		Superior Completo	S-FC	Cálculos e Cartas e Cartas Precatórias

#### 4.5. Controle da Produtividade dos assessores

Sobre esse tema a Unidade prestou a seguinte informação: *“Conforme Ordem de Serviço baixada pelo MM. Juiz Titular, permanece em vigor a meta estabelecida aos assistentes do juiz, fixando-lhes o prazo máximo de 30 (trinta) dias, da data da conclusão, para elaboração das minutas de despachos/decisões e encaminhamento ao magistrado para apreciação e assinatura. Os assistentes do juiz têm como principais atribuições analisar petições/manifestações e elaborar minutas de despachos e decisões judiciais”.*

#### 4.6. Do Teletrabalho

Atualmente, 01 (um) servidor da Unidade encontra-se destacado para a realização de teletrabalho, a saber, Liana Maria Valle Viana Carvalho.

Observa-se que o total de servidores destacados para realização dessa modalidade de trabalho não ultrapassa o limite de 30% (trinta por cento) estabelecido pela Resolução Administrativa n.º 283/2015.

Indagado sobre o controle da produtividade da servidora, informou o Diretor de Secretaria que se encontra acompanhando os trabalhos desenvolvidos por ela, tudo nos termos do art. 9º da Resolução Administrativa n.º 283/2015, reputando, nesse contexto, como satisfatórios os resultados obtidos com o referido regime.

É imperioso registrar que, por conta da pandemia do coronavírus, que impôs ao mundo uma nova realidade ao modo de vida das pessoas, que necessariamente tiveram que se distanciar, com o fim de se frear o avanço da doença (COVID 19) provocada pelo vírus, o CSJT em conjunto com o Tribunal Superior do Trabalho expediram o ATO Conjunto CSJT.GP.VP e CGJT n.º 01/2020, suspendendo a prestação presencial de serviços no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. De igual modo, o Tribunal Regional do Trabalho da Décima Sexta Região, através do ATO Conjunto GP GVP/CR n.º 01/2020, estabeleceu que a prestação de serviços de natureza jurisdicional e demais atividades no



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

âmbito do TRT16, enquanto perdurar a pandemia do coronavírus, efetivar-se-á por meio remoto.

#### 4.7. Dos estagiários

Atualmente não há estagiários contratados atuando na VT de Timon.

#### 4.8. Dos terceirizados

TERCEIRIZADOS	
Nome	Atribuição
Luís da Costa Leão	Serviços de Limpeza e Conservação
Rafael de Jesus Sousa	Vigilantes
Francisco Geovane Veras da Silva	

### 5. ENQUADRAMENTO DA UNIDADE CORRECIONADA

Para fins de análises comparativas entre Unidade, adotou-se a movimentação processual do último triênio (2017-2019) como critério para enquadramento das Varas em mesmo grupos. Adotou-se, com referência, o Anexo III da Resolução CSJT nº 63/2010:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	FAIXAS	Lotação
Até 500	1	5 a 6
501 a 750	2	7 a 8
751 a 1000	3	9 a 10
1001 a 1500	4	11 a 12
1501 a 2000	5	13 a 14
2001 a 2500	6	15 a 16
2501 ou mais	7	17 a 18

Desse modo, analisando a movimentação processual da Unidade, observa-se que está enquadrada na faixa de 751(setecentos e cinquenta e um) a 1000 (um mil), já que recebeu, em média, **966 (novecentos e sessenta e seis)** processos nos últimos três anos, pelo que será comparada com as médias das unidades situadas na mesma faixa de movimentação, constante do quadro abaixo, assim como com a média de todas as unidades da 1ª instância deste Regional.

FAIXAS	VARA DO TRABALHO	2017	2018	2019	TOTAL	MÉDIA
II	Vara do Trabalho de Pedreiras	1.012	514	362	1.888	629
III	Vara do Trabalho de São João dos Patos	1.417	568	478	2.463	821
	Vara do Trabalho de Barreirinhas	1.078	1.066	467	2.611	870
	Vara do Trabalho de Balsas	1.147	789	738	2.674	891
	Vara do Trabalho de Timon	773	1.589	536	2.898	966
IV	Vara do Trabalho de Açailândia	1.452	1.263	663	3.378	1.126
	Vara do Trabalho de Estreito	1.519	1.100	1.607	4.226	1.409
V	Vara do Trabalho de Presidente Dutra	2.304	1.595	1.070	4.969	1.656
	Vara do Trabalho de Santa Inês	2.411	1.768	1.084	5.263	1.754



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

	6ª VT de São Luís	2.132	1.722	1.593	5.447	1.816
	7ª VT de São Luís	2.223	1.639	1.599	5.461	1.820
	1ª VT de São Luís	2.253	1.638	1.572	5.463	1.821
	4ª VT de São Luís	2.300	1.641	1.522	5.463	1.821
	5ª VT de São Luís	2.229	1.643	1.625	5.497	1.832
	3ª VT de São Luís	2.291	1.653	1.593	5.537	1.846
	2ª VT de São Luís	2.318	1.684	1.597	5.599	1.866
	Vara do Trabalho de Caxias	2.658	1.666	1.328	5.652	1.884
	Vara do Trabalho de Bacabal	2.371	1.999	1.290	5.660	1.887
	Vara do Trabalho de Pinheiro	2.765	1.758	1.449	5.972	1.991
	Vara do Trabalho de Barra do Corda	2.510	1.917	1.566	5.993	1.998
VI	Vara do Trabalho de Chapadinha	3.090	2.160	1.481	6.731	2.244
VII	2ª VT de Imperatriz	6.120	1.207	1.251	8.578	2.859
	1ª VT de Imperatriz	5.596	1.806	1.208	8.610	2.870
<b>TOTAL</b>		<b>53.969</b>	<b>34.385</b>	<b>27.679</b>	<b>116.033</b>	<b>38.678</b>

Item 90289 do sistema e-Gestão - Casos novos  
(90026-distribuídos, 90027-redistribuídos)

**Casos Novos - Figura no polo passivo é público ou privado**

2017		2018		2019	
PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICO	PRIVADO	PÚBLICO	PRIVADO
282	491	893	696	206	330
36,48%	63,52%	56,20%	43,80%	38,43%	61,57%
<b>773</b>		<b>1589</b>		<b>536</b>	

**5.1. Relação Servidores x Movimentação Processual (Resolução n.º 63 do CSJT)**

FAIXA	PROCESSOS RECEBIDOS/MÉDIA	N.º DE SERVIDORES*	MÉDIA DE PROCESSOS POR SERVIDOR
	2017 a 2019		
III	966	07	138

\*Excluindo-se servidores ocupantes do cargo Analista Judiciário – Área Judiciária, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

A Resolução de n.º 63/2010-CSJT, no que se refere à lotação, estabelece que as Varas Trabalhistas que receberam, na média dos 03 (três) anos anteriores ao presente exercício, entre 751(setecentos e cinquenta e um) a 1000 (um mil) processos terão seu quadro de pessoal composto por 09 (nove) a 10 (doze) funcionários. Nesse contexto e considerando que a Vara possui 8 (oito) servidores, incluindo 01 (um) oficial de justiça, tem-se que o seu quadro funcional se encontra **incompleto**.

**6. DOS PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO**

Para melhor compreensão dos dados, é necessário definir os conceitos dos itens abaixo:



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Item do eGestão	Descrição	Movimentos
59 / 90.059	Processos pendentes de solução	<b>Itens</b> <ul style="list-style-type: none"><li>60/90.060 - Processos aguardando a 1ª Sessão de Audiência ou procedimento diverso</li><li>61/90.061 - Processos aguardando o encerramento da instrução</li><li>65/90.065 - Processos convertidos em diligência</li><li>62/90.062 - Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença</li><li>393/90.393 - Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença com prazo vencido</li></ul>
342 / 90.342	Processos pendentes de finalização fase de conhecimento	<b>Ausente no histórico</b> <ul style="list-style-type: none"><li>O registro de redistribuição na unidade de origem (de onde o processo foi redistribuído)</li><li>O registro de arquivamento definitivo</li><li>O registro de início da liquidação</li><li>O registro de início da execução</li></ul>
377 / 90.377	Processos pendentes de baixa fase de conhecimento	<b>Ausente no histórico</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Movimento (123 - Remetidos os autos para "destino" "motivo da remessa" = '38 - para processar recurso')</li><li>Movimento (466 - Homologada a Transação)</li><li>Movimento (377 - Homologado Acordo em execução ou em cumprimento de sentença)</li><li>O registro de arquivamento definitivo</li><li>O registro de início de liquidação</li><li>O registro de início de execução</li></ul>
353 / 90.353	Processos pendentes de finalização fase de execução	<b>Ausente no histórico</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Registro de redistribuição na unidade de origem (de onde o processo foi redistribuído) através da tarefa "Redistribuir"</li><li>Registro de arquivamento definitivo através da tarefa "Escolher tipo de arquivamento"</li></ul>
383 / 90.383	Processos pendentes de baixa fase de execução	<b>Ausente no histórico</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Remessa à instância superior para processamento/julgamento de recurso</li><li>Registro de redistribuição na unidade de origem (de onde o processo foi redistribuído) através da tarefa "Redistribuir"</li><li>Registro de arquivamento definitivo através da tarefa "Escolher tipo de arquivamento"</li><li>Movimento (48 -&gt; 60 - Expedido(a) "4 - tipo de documento" = '7224 - Ofício Precatório' a(o) "13 - destinatário" / "5067 - nome do destinatário")</li></ul>

Informações mais detalhadas podem ser obtidas no site do e-Gestão, no link [http://negestao.tst.jus.br/index.php/P%C3%A1gina\\_principal](http://negestao.tst.jus.br/index.php/P%C3%A1gina_principal).

### 6.1. Pendentes de Finalização em setembro /2020

FASE DE CONHECIMENTO	FASE DE LIQUIDAÇÃO	FASE DE EXECUÇÃO	CARTAS PRECATÓRIAS E DE ORDEM	TOTAL
1143	407	1386	17	2953

#### 6.1.1. Pendentes de Finalização em setembro /2020

ÓRGÃO JULGADOR	PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	COLOCAÇÃO
----------------	--------------------------	-----------



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	1879	1º
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	2137	2º
VARA DO TRABALHO DE BALSAS	2738	3º
<b>VARA DO TRABALHO DE TIMON</b>	<b>2953</b>	<b>4º</b>

## 6.2. Fase de Conhecimento

### 6.2.1. Processos Recebidos na Unidade

RECEBIDOS	2017	2018	2019	Até 30/09/2020
Por distribuição	771	1586	532	203
Por redistribuição	2	3	4	1
Cartas precatórias e de ordem recebidas	57	52	34	17
<b>TOTAL</b>	<b>830</b>	<b>1641</b>	<b>570</b>	<b>221</b>

### 6.2.2. Processos pendentes de Solução

PROCESSOS	Até 30/09/2020
Aguardando a 1ª Sessão de Audiência	177
Aguardando o Encerramento da Instrução	77
Aguardando Prolação de Sentença	5
<b>TOTAL</b>	<b>259</b>

#### 6.2.2.1. Processos pendentes de Solução - Varas da mesma faixa

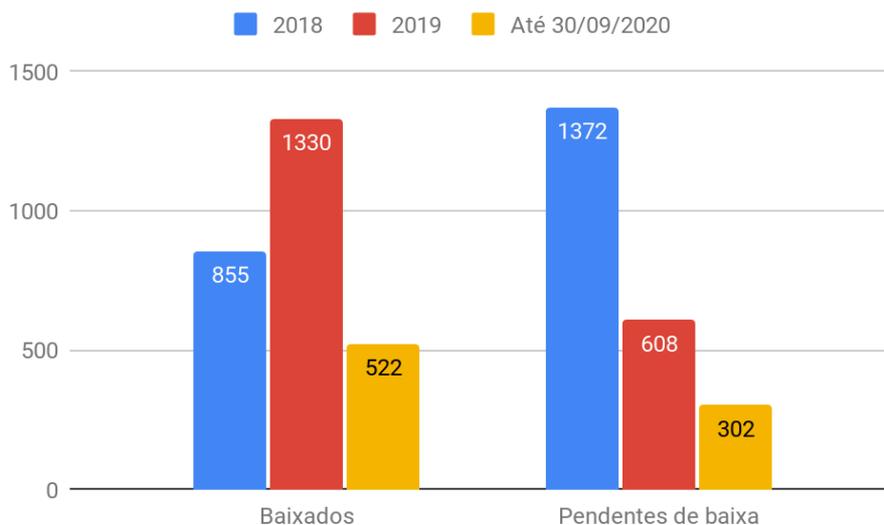
ÓRGÃO JULGADOR	PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	177	1º
<b>VARA DO TRABALHO DE TIMON</b>	<b>259</b>	<b>2º</b>
VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	274	3º
VARA DO TRABALHO DE BALSAS	282	4º

### 6.2.3. Baixas de Processos (fase de conhecimento)

BAIXADOS	ANOS		
	2018	2019	Até 30/09/2020
Baixados	855	1330	522
Pendentes de baixa	1372	608	302

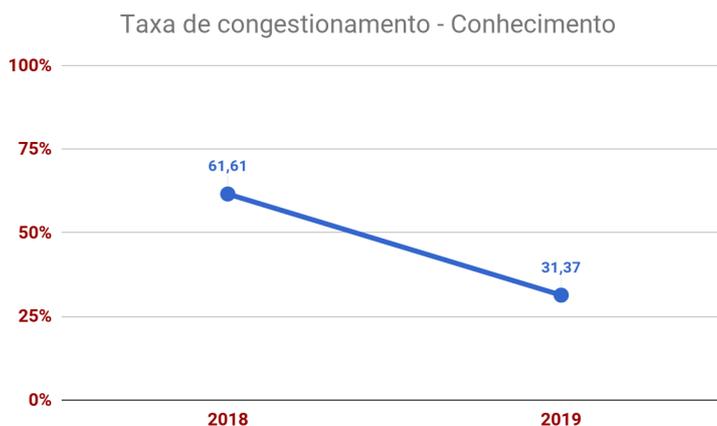


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



#### 6.2.4. Taxa de Congestionamento - Conhecimento

FASE DE CONHECIMENTO	ANOS	
	2018	2019
Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento	1.372	608
Processos baixados - fase de conhecimento	855	1.330
<b>Taxa de Congestionamento</b>	<b>61,61%</b>	<b>31,37%</b>



A taxa de congestionamento indicada pelo gráfico acima leva em consideração o total de processos, na fase de conhecimento, pendentes de baixa no fim do período de referência (TP) e os casos baixados no período base, utilizando a fórmula "(TP / (TP + TB))".

Como se observa, em 2019 a Vara teve o percentual da taxa em exame **decrecido** para **31,37%**, ocupando o 19º lugar entre as Unidades deste Regional, **cumprindo** a meta 10 do TRT da 16ª Região, que consiste em reduzir a taxa de congestionamento na fase de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020, de modo gradativo com o parâmetro de 42% ou menos em 2019.

### 6.2.5. Taxa de Congestionamento - Conhecimento - Ranking

ÓRGÃO JULGADOR	PROCESSOS PENDENTES DE BAIXA EM 31/12/2019	PROCESSOS BAIADOS EM 2019	TAXA DE CONGESTIONAMENTO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE DUTRA	247	1566	13,62	1º
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	201	1079	15,70	2º
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	207	1069	16,22	3º
VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	211	839	20,10	4º
VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	342	1266	21,27	5º
VARA DO TRABALHO DE PEDREIRAS	189	614	23,54	6º
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	660	2096	23,95	7º
2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	665	1894	25,99	8º
VARA DO TRABALHO DE BARRA DO CORDA	622	1763	26,08	9º
2ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	1035	2835	26,74	10º
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	800	2126	27,34	11º
1ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	1644	4298	27,67	12º
3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	824	2129	27,90	13º
4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	781	1975	28,34	14º
VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	907	2199	29,20	15º
7ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	941	2234	29,64	16º
VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO	1428	3365	29,79	17º
VARA DO TRABALHO DE BACABAL	872	1970	30,68	18º
VARA DO TRABALHO DE TIMON	608	1330	31,37	19º
VARA DO TRABALHO DE BALSAS	363	756	32,44	20º
VARA DO TRABALHO DE CAXIAS	1106	1980	35,84	21º
5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1440	2353	37,96	22º
VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA	967	1549	38,43	23º

### 6.3. Fase de Liquidação

#### 6.3.1. Iniciadas

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/09/2020
Processos com liquidação iniciada	409	740	259
Processos desarquivados para prosseguimento da liquidação	0	74	40
TOTAL	409	814	299



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

### 6.3.2. Encerradas

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/09/2020
Liquidações encerradas	197	771	589
Processos com liquidação encerrada por acordo	2	8	0
Processos arquivados provisoriamente	0	95	158
TOTAL	199	874	747

### 6.3.3. Prazos médios de liquidação

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/09/2020
Do ajuizamento da ação até o encerramento da liquidação	1313.59	1359.73	1161.52
Do início até o encerramento da liquidação	240.86	277.63	210.35

### 6.3.4. Processos pendentes de liquidação

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/09/2020
Processos com liquidação de sentença pendente	114	416	179

Indagado, o Sr. Diretor de Secretaria informou que somente o contador da unidade realiza os cálculos (liquidações e atualizações), somente notificando as partes para apresentarem em casos de cálculos complexos. Informou, também, que o Juízo fixou o prazo de 30 (trinta) dias para a contadoria da VT realizar os cálculos.

Dados colhidos da remessa de Janeiro/2020 do Sistema do e-Gestão, constatou a seguinte pendência: 179 (cento e setenta e nove) processos para elaborar cálculos, o mais antigo desde 27-01-2017 (RT nº 0016411-70.2015.5.16.0019), conforme quadro abaixo:

PROCESSOS MAIS ANTIGOS AGUARDANDO CÁLCULO NA LIQUIDAÇÃO	DATA DO INÍCIO DA LIQUIDAÇÃO
0016411-70.2015.5.16.0019	27/01/2017
0017035-85.2016.5.16.0019	25/07/2017
0016155-64.2014.5.16.0019	28/09/2017
0016682-45.2016.5.16.0019	22/05/2018
0017143-17.2016.5.16.0019	31/10/2018
0017419-77.2018.5.16.0019	16/01/2019
0016386-52.2018.5.16.0019	26/07/2019
0016098-12.2015.5.16.0019	01/08/2019
0016499-11.2015.5.16.0019	17/09/2019
0016729-48.2018.5.16.0019	18/10/2019



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

0017215-33.2018.5.16.0019	18/10/2019
0016707-92.2015.5.16.0019	24/10/2019
0016451-81.2017.5.16.0019	06/11/2019
0016536-67.2017.5.16.0019	09/01/2020
0016974-64.2015.5.16.0019	21/01/2020
0016291-90.2016.5.16.0019	30/01/2020
0017300-92.2013.5.16.0019	30/01/2020
0016285-78.2019.5.16.0019	26/03/2020
0016085-13.2015.5.16.0019	27/03/2020
0016124-68.2019.5.16.0019	22/05/2020
0016084-28.2015.5.16.0019	01/06/2020
0016351-58.2019.5.16.0019	15/06/2020
0016873-90.2016.5.16.0019	18/06/2020
0016686-19.2015.5.16.0019	29/06/2020
0016619-79.2018.5.16.0009	29/06/2020
0016339-44.2019.5.16.0019	30/06/2020
0016352-43.2019.5.16.0019	07/07/2020
0016129-03.2013.5.16.0019	08/07/2020

#### 6.4. Fase de execução

##### 6.4.1. Execuções Iniciadas

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2018	2019	Até 30/09/2020
Processos com execução iniciada	330	630	459
Processos recebidos de outros órgãos para execução	0	0	1
Processos desarquivados para prosseguimento da execução	0	31	93
Processos recebidos com conversão de classe	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>330</b>	<b>661</b>	<b>553</b>

##### 6.4.2. Execuções Pendentes

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2018	2019	Até 30/09/2020
Processos em execução	1083	1047	1122
Processos suspensos por execução frustrada	1	0	0

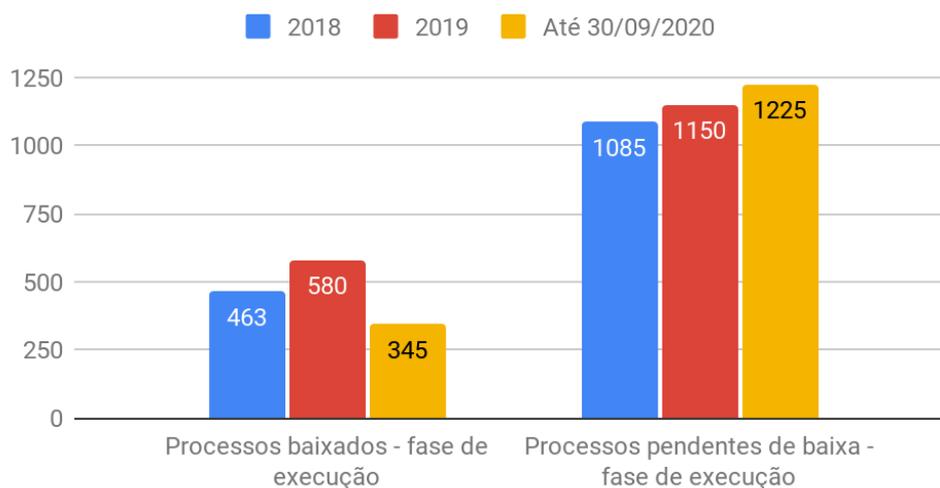


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

TOTAL	1084	1047	1122
-------	------	------	------

### 6.4.3. Baixa de Processos (fase de execução)

DESCRIÇÃO	ANOS		
	2018	2019	Até 30/09/2020
Processos baixados - fase de execução	463	580	345
Processos pendentes de baixa - fase de execução	1085	1150	1225



### 6.4.4. Taxa de Congestionamento - Execução

FASE DE EXECUÇÃO	ANOS	
	2018	2019
Processos pendentes de baixa - fase de execução	1.085	1.150
Processos baixados - Meta 5 - CNJ	478	606
<b>Taxa de Congestionamento</b>	<b>69,42%</b>	<b>65,49%</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL



A taxa de congestionamento indicada pelo gráfico acima leva em consideração o total de processos, na fase de execução, pendentes de baixa no fim do período de referência (TP) e os casos baixados no período base, utilizando a fórmula “(TP / (TP + TB))”.

Os dados acima demonstram que, em 2019, a Vara apresentou o percentual da taxa em exame decrescido para 65,49%, ocupando o **9º lugar** entre as Unidades deste Regional, **descumprindo**, dessa, forma a Meta 13 estabelecida por este Regional para 2019, que era de 62% ou menos.

#### 6.4.5. Taxa de Congestionamento - Execução - Ranking

ÓRGÃO JULGADOR	PROCESSOS PENDENTES DE BAIXA EM 31/12/2019	PROCESSOS BAIXADOS EM 2019	TAXA DE CONGESTIONAMENTO	COLOCAÇÃO
VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	973	902	51,89	1º
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	723	602	54,57	2º
2ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	1696	1343	55,81	3º
5ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2237	1704	56,76	4º
VARA DO TRABALHO DE AÇAILÂNDIA	1212	903	57,30	5º
2ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1980	1363	59,23	6º
VARA DO TRABALHO DE CHAPADINHA	2606	1527	63,05	7º
7ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	1213	670	64,42	8º
<b>VARA DO TRABALHO DE TIMON</b>	<b>1150</b>	<b>606</b>	<b>65,49</b>	<b>9º</b>
VARA DO TRABALHO DE SANTA INÊS	1596	838	65,57	10º
1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2219	1106	66,74	11º
VARA DO TRABALHO DE BACABAL	1691	717	70,22	12º
VARA DO TRABALHO DE BARRA DO CORDA	3153	1330	70,33	13º
4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	3048	1257	70,80	14º
VARA DO TRABALHO DE PEDREIRAS	910	334	73,15	15º
VARA DO TRABALHO DE BALSAS	1635	555	74,66	16º



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

VARA DO TRABALHO DE ESTREITO	1697	558	75,25	17º
VARA DO TRABALHO DE PRESIDENTE DUTRA	1179	356	76,81	18º
3ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	2890	821	77,88	19º
6ª VARA DO TRABALHO DE SÃO LUÍS	3923	1049	78,90	20º
1ª VARA DO TRABALHO DE IMPERATRIZ	2649	671	79,79	21º
VARA DO TRABALHO DE PINHEIRO	3235	816	79,86	22º
VARA DO TRABALHO DE CAXIAS	2999	721	80,62	23º

#### 6.4.6. Prazo médio de execução

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/09/2020
Do Ajuizamento da Ação até a Extinção da Execução	1.109,09	1.473,00	1.996,46

## 7. DAS AUDIÊNCIAS

### 7.1. Audiências realizadas

#### 7.1.1. Ano 2019

MAGISTRADO	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL POR TIPO
CAROLINA BURLAMAQUI CARVALHO		77
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	Encerramento de instrução	13
	Inicial (rito sumaríssimo)	17
	Conciliação em Conhecimento	9
	Instrução (rito sumaríssimo)	4
		118
	Una	1
	Conciliação em Execução	95
	Instrução	30
	Inicial	1124
THEANNA DE ALENCAR BORGES	Inicial	70
	Inicial (rito sumaríssimo)	2
<b>TOTAL</b>		<b>1.560</b>

#### 7.1.2. Ano 2020

MAGISTRADO	AUDIÊNCIAS REALIZADAS	TOTAL POR TIPO
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	Conciliação em Execução	4
	Inicial (rito sumaríssimo)	6
	Encerramento de instrução	2



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

	Conciliação em Conhecimento	4
	Conciliação (fase de execução) por videoconferência	3
	Inicial	128
	Encerramento de instrução por videoconferência	3
	Instrução	8
	Inicial por videoconferência	37
	Instrução por videoconferência	1
	Instrução (rito sumaríssimo)	7
<b>TOTAL</b>		<b>203</b>

Sobre a pauta de audiências, o Diretor de Secretaria informou que *“Estão sendo realizadas 05(cinco) audiências telepresenciais, em média, por dia, com início no turno da manhã, às terças-feiras, quartas-feiras, quintas-feiras e, eventualmente, às sextas-feiras.*

*Não há pauta específica, no entanto, os assistentes do juiz realizam constantes triagens no sentido de incluir em pauta os processos em execução mais suscetíveis de conciliação.”*

**7.1.3. A respeito do tema, a equipe correcional colheu, ainda, os seguintes dados:**

Durante os trabalhos correccionais, foi verificado que as últimas audiências foram marcadas para as seguintes datas:

ÚLTIMAS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS - POR RITO	
Rito Sumaríssimo	Rito Ordinário
07/04/2021	06/04/2021

ÚLTIMAS AUDIÊNCIAS DESIGNADAS - POR TIPOS DE AUDIÊNCIA			
Inicial	Instrução	Conciliação em Conhecimento	Conciliação em Execução
07/04/2021	06/04/2021	16/03/2015	30/11/2020

**7.1.4. Pauta especial em fase de execução**

Conforme informações prestadas pelo Diretor de Secretaria não existe pauta específica para processos em fase de execução, na forma do art.76,II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral, no entanto, adota a prática de incluir processos em que haja possibilidade de acordo, em observância ao art.26, “e”, da referida Consolidação.

Importa registrar, que durante a **Semana Nacional de Execução**, realizada no período de 16 a 20/09/2019, houve a participação da Vara, ocasião em que atingiu os seguintes resultados:

AUDIÊNCIAS REALIZADAS	ACORDOS HOMOLOGADOS	VALORES HOMOLOGADOS
85	59	R\$ 265.900,03



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Vale registrar, que a vara ocupou a **1ª posição** no ranking por acordos homologados e a **6ª posição** no ranking por valores homologados

Os resultados da 9ª semana da execução foram divulgados no link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiYmFjM2M3NmMtZTc0Ny00YzRjLWI1MzMtZDA1MjlmNTQyZWMyliwidCI6IjMyODM2NGZiLTBmNWMtNDYzYS1iZGU2LTBjYWJlZjYmE5ZiJ9&menuid=499>

### 7.1.5. Audiências itinerantes

A Unidade informou, por meio do Ofício 178/2020, que não realizou deslocamentos itinerantes no ano de 2019 e no ano em curso.

### 7.1.6. Prazos médios das varas de mesma faixa de movimentação processual

#### 7.1.6.1. Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência - conhecimento.

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/09/2020	Classificação em 2020
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	87.18	93.88	103.96	1º
VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	155.63	113.67	119.97	2º
VARA DO TRABALHO DE BALSAS	90.24	88.5	125.26	3º
VARA DO TRABALHO DE TIMON	110.48	259.83	177.1	4º

#### 7.1.6.2. Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - conhecimento

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/09/2020	Classificação em 2020
VARA DO TRABALHO DE BARREIRINHAS	132.14	134.49	144.23	1º
VARA DO TRABALHO DE SÃO JOÃO DOS PATOS	227.18	206.44	148.06	2º
VARA DO TRABALHO DE BALSAS	290.3	154.76	190.55	3º
VARA DO TRABALHO DE TIMON	162.8	267.35	467.63	4º

## 8. DOS PROCESSOS SOLUCIONADOS

### 8.1. Fase de conhecimento

#### 8.1.1. Com exame de mérito - 2019

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS						
	Com Exame de Mérito						
	Conc	Proc	Proc. em Parte	Imp	Ext	Outras Decisões	TOTAL



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO	0	0	0	2	0	0	2
CAROLINA BURLAMAQUI CARVALHO	18	2	21	10	0	0	51
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	98	5	555	84	2	1	745
FÁBIO RIBEIRO SOUSA	0	13	80	3	0	0	96
LUCAS SILVA DE CASTRO	0	0	0	0	1	0	1
THEANNA DE ALENCAR BORGES	16	1	24	2	0	0	43
<b>Total</b>	<b>132</b>	<b>21</b>	<b>680</b>	<b>101</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>938</b>

**8.1.2. Com exame de mérito - até setembro /2020**

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS						
	Com Exame de Mérito						
	Conc	Proc	Proc. em Parte	Imp	Ext	Outras Decisões	TOTAL
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	49	1	40	86	2	0	178
<b>Total</b>	<b>49</b>	<b>1</b>	<b>40</b>	<b>86</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>178</b>

**8.1.3. Sem exame de mérito - 2019**

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS				
	Sem Exame de Mérito				
	Ext.	Arq.	Desist	Outras Decisões	TOTAL
CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO	0	0	0	0	0
CAROLINA BURLAMAQUI CARVALHO	2	13	1	0	16
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	69	201	55	0	325
FÁBIO RIBEIRO SOUSA	0	0	0	0	0
LUCAS SILVA DE CASTRO	0	0	0	0	0
THEANNA DE ALENCAR BORGES	0	9	3	0	12
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>223</b>	<b>59</b>	<b>0</b>	<b>353</b>

**8.1.4. Sem exame de mérito - até setembro /2020**

MAGISTRADOS	SOLUCIONADOS				
	Sem Exame de Mérito				
	Ext.	Arq.	Desist	Outras Decisões	TOTAL



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	23	27	13	0	63
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>27</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>63</b>

### 8.1.5. Sentenças Líquidas - 2019

MAGISTRADOS	SENTENÇAS LÍQUIDAS
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	0
FÁBIO RIBEIRO SOUSA	18
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>

### 8.1.6. Sentenças Líquidas - até setembro /2020

MAGISTRADOS	SENTENÇAS LÍQUIDAS
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	0
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>

## 8.2. Fase de execução

### 8.2.1. Execuções encerradas - 2019

MAGISTRADOS	EXECUÇÕES ENCERRADAS			
	Execuções extintas - acordo	Execuções extinta por pagamento	Execuções extintas - outras	Acordos homologados na fase de execução
CAROLINA BURLAMAQUI CARVALHO	0	0	1	0
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	45	8	344	79
THEANNA DE ALENCAR BORGES	0	0	3	0
SEM MAGISTRADO VINCULADO	5	0	0	0
SUB-TOTAL	50	8	348	79
<b>TOTAL</b>		<b>406</b>		<b>79</b>

### 8.3. Fase de execução - até setembro /2020

MAGISTRADOS	EXECUÇÕES ENCERRADAS			
	Execuções extintas - acordo	Execuções extinta por pagamento	Execuções extintas - outras	Acordos homologados na fase de execução
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	13	64	287	23
SUB-TOTAL	13	64	287	23
<b>TOTAL</b>		<b>364</b>		<b>23</b>



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

#### 8.4. Incidentes Processuais

##### 8.4.1. Fase de conhecimento - 2019

MAGISTRADOS	JULGADOS		TOTAL
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutela	
CAROLINA BURLAMAQUI CARVALHO	7	0	7
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	21	49	70
FÁBIO RIBEIRO SOUSA	4	0	4
TOTAL	32	49	81

##### 8.4.2. Fase de conhecimento - até setembro /2020

MAGISTRADOS	JULGADOS		TOTAL
	Embargos de Declaração	Antecipações de Tutela	
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	81	0	81
TOTAL	81	0	81

##### 8.4.3. Fase de Execução- 2019

DESCRIÇÃO	TOTAL
Ações Incidentais na Liquidação/Execução julgadas	61

##### 8.4.4. Fase de Execução - até setembro /2020

DESCRIÇÃO	TOTAL
Ações Incidentais na Liquidação/Execução julgadas	71

#### 8.5. Índice de Solução

##### 8.5.1. Fase de conhecimento

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PERCENTUAL DE SOLUÇÃO (%)
2018	1920	1067	55,57
2019	711	1291	181,58
Até 30/09/2020	227	241	106,17

ASSINADO DIGITALMENTE POR FRANCISCO JOSE DE CARVALHO NETO: 30816668 (Lei 11.419/2006) EM 19/11/2020 - 10:04:30  
Identificador de autenticação: LKQ0L6XJ28.TGV7ECNPFJ4.PDQ3Q09DQ7.MPVZ5YEUR7  
(Assinaturas adicionais na última página)

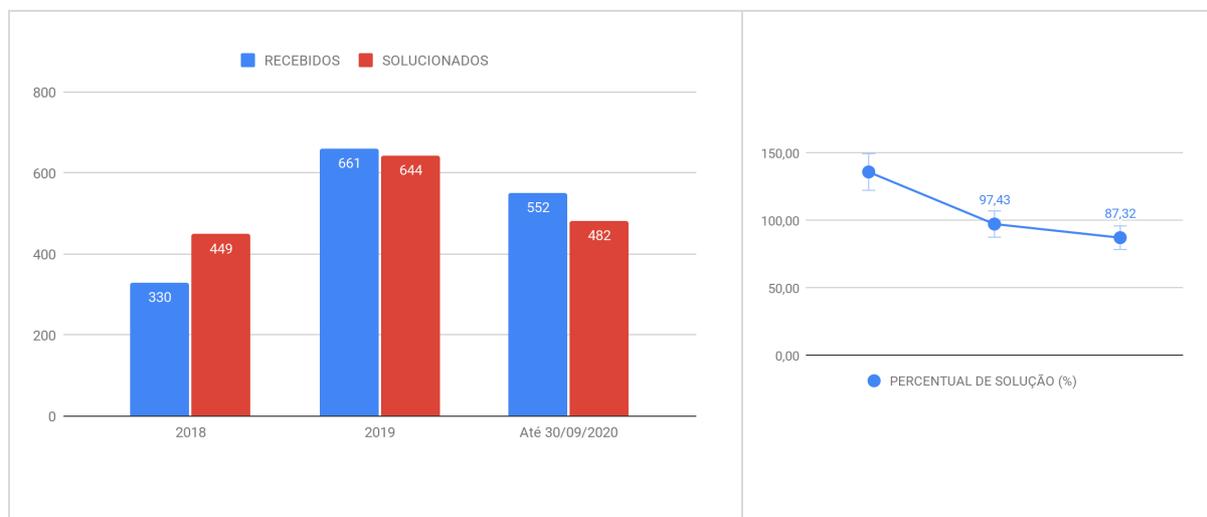


**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**



### 8.5.2. Fase de execução

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	PERCENTUAL DE SOLUÇÃO (%)
2018	330	449	136,06
2019	661	644	97,43
Até 30/09/2020	552	482	87,32



### 8.6. Índice de Baixa

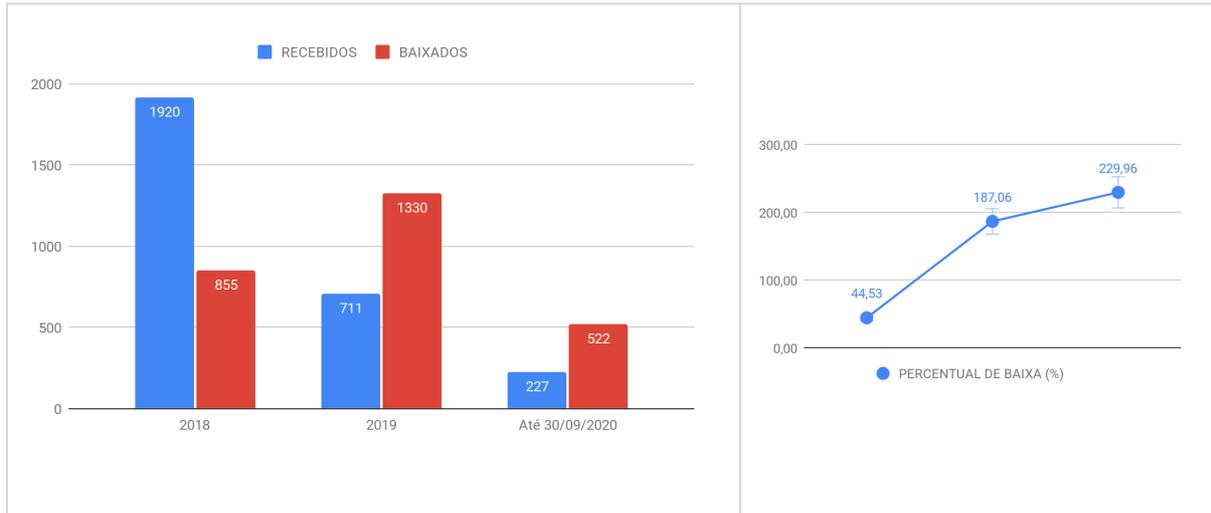
#### 8.6.1. Fase de conhecimento

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	PERCENTUAL DE BAIXA (%)
2018	1920	855	44,53
2019	711	1330	187,06



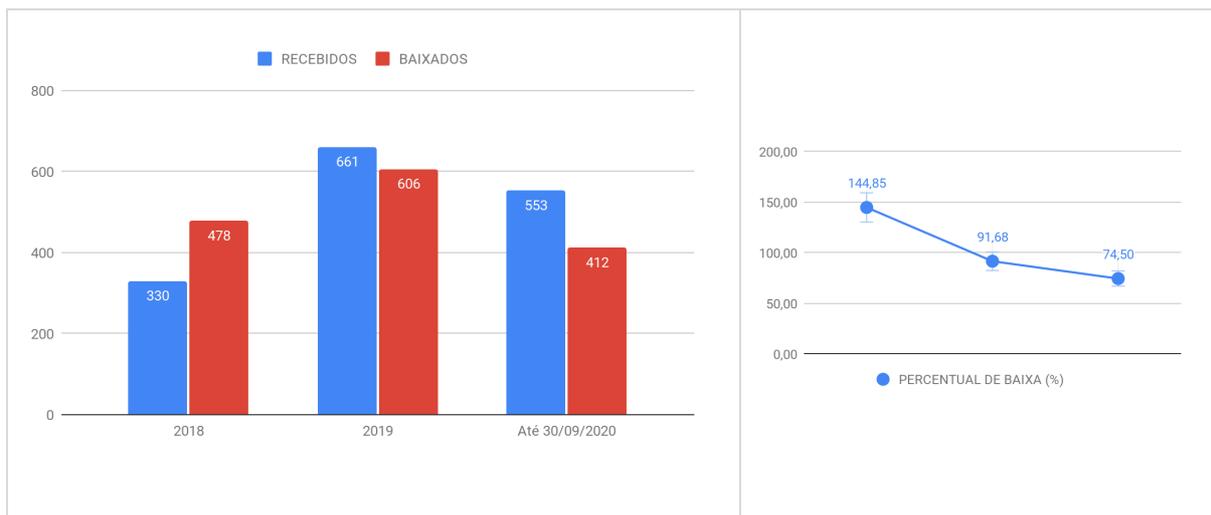
**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

Até 30/09/2020	227	522	229,96
----------------	-----	-----	--------



### 8.6.2. Fase de execução

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	PERCENTUAL DE BAIXA (%)
2018	330	478	144,85
2019	661	606	91,68
Até 30/09/2020	553	412	74,50



### 8.7. Conciliado

#### 8.7.1. Índice de Conciliação

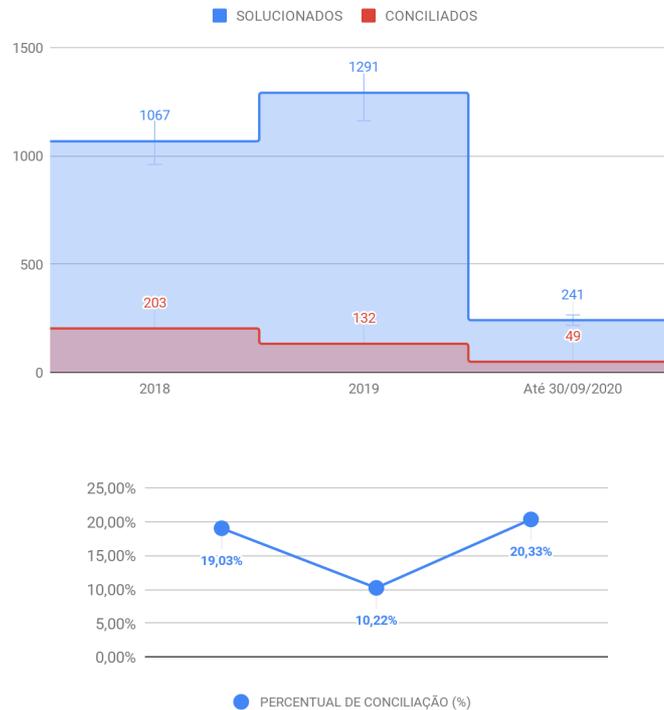
ANO	SOLUCIONADOS	CONCILIADOS	PERCENTUAL DE CONCILIAÇÃO
-----	--------------	-------------	---------------------------

ASSINADO DIGITALMENTE POR FRANCISCO JOSE DE CARVALHO NETO: 30816668 (Lei 11.419/2006) EM 19/11/2020 - 10:04:30  
Identificador de autenticação: LGKQI6XJ28.TGV7ECNFI4.PDQ3QO9DQ7.MPVZ5YEUR7  
(Assinaturas adicionais na última página)



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

			(%)
2018	1067	203	19,03%
2019	1291	132	10,22%
Até 30/09/2020	241	49	20,33%



### 8.7.2. Participação nas Semanas Nacionais da Conciliação Trabalhista

No período de 01 a 08/11/2019, houve a participação da Vara na XIVª Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, ocasião em que atingiu os seguintes resultados:

AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO REALIZADAS	ACORDOS HOMOLOGADOS	VALOR APURADO
19	4	R\$ 38.000,00

Vale registrar que a vara ocupou a **18ª posição** no ranking por valores homologados. Os resultados da XIV Semana da Conciliação foram divulgados no link:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiazGEzMTBhNTMtNm4Ny00N2MxLWJiYjQyYjRkMGJiODM4NWY4IiwidCI6IjMyODM2NGZiLTBmNWMTNDYzYS1iZGU2LTBjYWJiZihYmE5ZiJ9&menuid=501>

### 8.7.3. Aguardando cumprimento de acordo

DESCRIÇÃO	Até 30/09/2020
Processos aguardando cumprimento de acordo	15



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

**9. JULGAMENTOS**

**9.1.1. Pendentes de julgamento de mérito**

Em consulta ao Sistema e-Gestão, foram encontradas as pendências abaixo indicadas na remessa referente a setembro /2020:

DESCRIÇÃO	Até 30/09/2020
Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença	5
Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença - com prazo vencido	0

**9.1.2. Pendentes de julgamento de Incidentes**

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	OPOSTOS EM 2019	PENDENTES COM O JUIZ EM 31/12/2019	JULGADOS EM 2019	PREJUDICADOS EM 2019	PENDENTES EM 31/12/2019	PENDENTES EM 30/09/2020
	43	15	32	0	43	25

**AÇÕES INCIDENTAIS NA LIQUIDAÇÃO/ EXECUÇÃO	RECEBIDAS EM 2019	PENDENTES COM O JUIZ EM 31/12/2019	JULGADOS EM 2019	BAIXADOS SEM DECISÃO EM 2019	PENDENTES EM 31/12/2019	PENDENTES EM 30/09/2020
	86	2	61	2	61	61

TUTELAS PROVISÓRIAS	RECEBIDAS EM 2019	APRECIADAS EM 2019	PENDENTES EM 31/12/2019	PENDENTES EM 30/09/2020
	66	52	42	12

**9.1.3. Pendências de julgamento por magistrados**

O sistema PJe-JT apontava, em **23/10/2020**, o seguinte detalhamento quanto aos processos **conclusos para julgamento com prazo vencido**:

MAGISTRADO	Conclusão > 30 dias art. 226, III, do CPC	Conclusão > 90 dias art. 1/GCGJT 10/2017
FRANCISCO JOSE DE CARVALHO NETO	0	0

Fonte: sistema e-Gestão e relatório CTIC( caminho: intranet->judicial->acesso-1ª instância-PJe-JT-> corregedoria-> conclusos para sentença-listagem com base no e-Gestão> prazos vencidos e prazos vencidos-PAD)

Ademais, seguem informações relativas ao cumprimento de artigos do Provimento Geral Consolidado relacionados à prolação de sentenças:

MAGISTRADOS	ART 55/64-PGC MARCAÇÃO DE DATA DE JULGAMENTO		ART 57-PGC ASSINATURA 48 HS		ART 62-PGC CONCLUSÃO 24 HS		ART 63-PGC JULGAMENTO 30 DIAS	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO

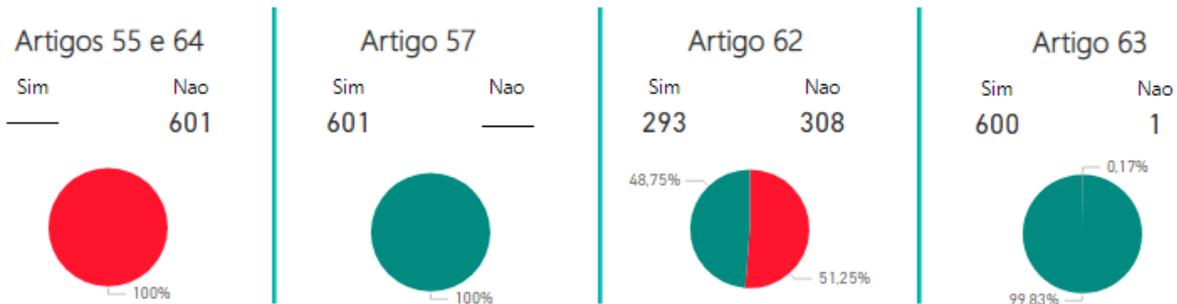


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

FRANCISCO JOSE DE CARVALHO NETO	0	601	601	0	293	308	600	1
---------------------------------	---	-----	-----	---	-----	-----	-----	---

1- Dados obtidos pela CTIC, junto ao banco de dados do PJe-JT, utilizando mineração de dados para localização de atas de encerramento de instrução.

2 - Amostra: 601 Atas de Encerramento de Instrução juntadas após 01.01.2019



Verificou-se, destarte, o **descumprimento dos arts. 55 e 64**, do Provimento deste Regional, quanto à necessidade de designação de data para a publicação da sentença quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução.

Constatou-se, ainda, o **cumprimento do comando inserto no art. 57** do Provimento Geral Consolidado deste Regional quanto à assinatura da ata de audiência eletrônica no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Ainda quanto ao Provimento Geral Consolidado deste Regional, verificou-se o **cumprimento parcial do art. 62**, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão dos autos ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução.

Por fim, detectou-se, dentre os processos da amostragem, o **cumprimento do comando inserto no art. 63** do Provimento Geral Consolidado deste Regional, que trata do prazo máximo de 30 (trinta) dias para julgamento, na forma das disposições do Código de Processo Civil e da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho .

**Quanto ao cumprimento do art. 62 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, verificou-se o atraso demasiado entre a data do encerramento da instrução e a conclusão para julgamento, fato que prejudica de sobremaneira a estatística da Vara, especialmente em relação ao prazo para prolação de sentença. Vejamos, a seguir, alguns exemplos:**

PROCESSO	DIAS	DATA JUNTADA ATA DE ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO	DATA CONCLUSÃO PARA PROFERIR SENTENÇA
0016561-80.2017.5.16.0019	208	21/11/2019	16/06/2020
0017545-30.2018.5.16.0019	155	19/06/2019	21/11/2019
0016034-60.2019.5.16.0019	147	09/10/2019	04/03/2020
0016275-34.2019.5.16.0019	138	03/10/2019	18/02/2020
0016492-77.2019.5.16.0019	134	11/03/2020	23/07/2020



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

0016064-95.2019.5.16.0019	134	10/07/2019	21/11/2019
0016063-13.2019.5.16.0019	134	10/07/2019	21/11/2019
0016481-48.2019.5.16.0019	133	19/02/2020	01/07/2020
0016334-22.2019.5.16.0019	131	06/02/2020	16/06/2020
0016354-13.2019.5.16.0019	129	12/11/2019	20/03/2020
0016352-43.2019.5.16.0019	129	12/11/2019	20/03/2020
0016351-58.2019.5.16.0019	129	12/11/2019	20/03/2020
0016203-47.2019.5.16.0019	126	30/10/2019	04/03/2020
0016494-47.2019.5.16.0019	125	20/03/2020	23/07/2020
0016398-03.2017.5.16.0019	124	13/02/2020	16/06/2020
0016386-86.2017.5.16.0019	119	28/03/2019	25/07/2019
0016489-25.2019.5.16.0019	118	05/03/2020	01/07/2020
0016423-45.2019.5.16.0019	117	20/02/2020	16/06/2020
0016555-73.2017.5.16.0019	117	24/10/2019	18/02/2020
0016376-71.2019.5.16.0019	117	20/02/2020	16/06/2020
0016128-08.2019.5.16.0019	115	26/11/2019	20/03/2020
0016375-86.2019.5.16.0019	113	28/11/2019	20/03/2020
0016370-64.2019.5.16.0019	113	28/11/2019	20/03/2020
0016088-26.2019.5.16.0019	111	30/10/2019	18/02/2020
0016379-94.2017.5.16.0019	108	03/12/2019	20/03/2020
0016374-04.2019.5.16.0019	105	28/11/2019	12/03/2020
0016575-64.2017.5.16.0019	104	04/03/2020	16/06/2020
0016222-24.2017.5.16.0019	104	18/03/2020	30/06/2020
0016472-86.2019.5.16.0019	104	05/03/2020	17/06/2020
0016342-96.2019.5.16.0019	103	07/11/2019	18/02/2020

#### 9.1.4. Prazo médio de julgamento

##### 9.1.4.1. Prazo médio da vara do trabalho

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/09/2020
Do Ajuizamento da Ação até a prolação de sentença na Fase de Conhecimento	197.9	346.9	499.95
Da conclusão até a prolação de sentença na fase de conhecimento	37.36	29.78	15.55

##### 9.1.4.2. Prazo médio por juiz

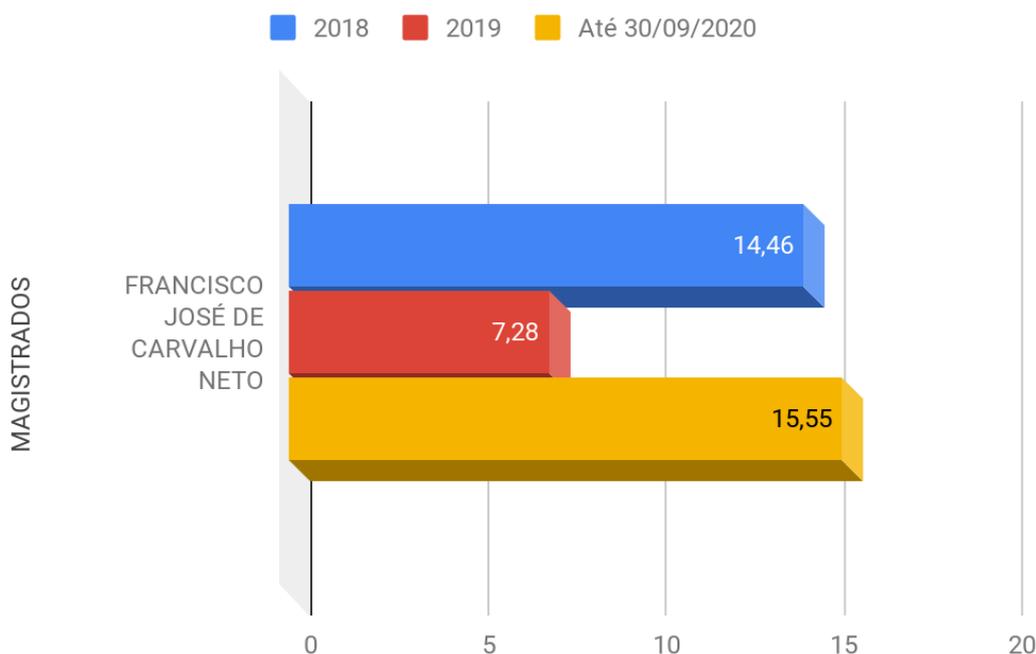


PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Prazo médio entre a conclusão e a prolação de sentença (itens 69, 90269, 270 e 90270) excluídos os processos julgados em audiência.

MAGISTRADOS	PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DE SENTENÇA		
	2018	2019	Até 30/09/2020
CARLOS GUSTAVO BRITO CASTRO	30.12	15.05	0,00
CAROLINA BURLAMAQUI CARVALHO	4.9	45.57	30.12
FÁBIO RIBEIRO SOUSA	179.64	183.29	30.12
FRANCISCO JOSÉ DE CARVALHO NETO	14.46	7.28	15.55
LUCAS SILVA DE CASTRO	30.12	01.05	30.12
THEANNA DE ALENCAR BORGES	30.12	46.59	30.12
TOTAL	37.36	29.78	15.55

PRAZO MÉDIO DA CONCLUSÃO À PROLAÇÃO DE SENTENÇA - EM DIAS



**Necessário registrar que o cálculo dos prazos para julgamento, registrados nos itens 9.1.4.1 e 9.1.4.2, se encontram prejudicados, tendo em vista o descumprimento parcial do art. 62 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão dos autos ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução, conforme item 9.1.3.**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

## 9.2. Processos convertidos em diligência

Constatou-se, no período de 11/64/2019 a 23/10/2019 a existência de 12 (doze) processos convertidos em diligência.

## 10. DESPACHOS

### 10.1. Despachos proferidos (conhecimento e execução)

MAGISTRADO	PJe-JT	
	2019	Até 30/09/2020
CAROLINA BURLAMAQUI CARVALHO	75	1
FABIO RIBEIRO SOUSA	1	2
FRANCISCO JOSE DE CARVALHO NETO	6109	4243
THEANNA DE ALENCAR BORGES	145	
TOTAL	6330	4246

Fonte: PJe-JT

### 10.2. Despachos pendentes (conhecimento e execução)

Quanto ao PJe-JT, em consulta realizada em 20/10/2020, restou apurada a existência de 472 (quatrocentos e sessenta e dois) processos conclusos para despacho, assim distribuídos:

magistrado	Tarefa de despacho	qtd	Data mais Antiga	Processo mais antigo
FRANCISCO JOSE DE CARVALHO NETO	Assinar despacho	13	16/10/2020 17:01:11	0016750-58.2017.5.16.0019
	Elaborar despacho	459	11/05/2020 10:04:52	0016882-23.2014.5.16.0019
	-	472		DESPACHOS PENDENTES

Fonte: Sistema PJe-JT

## 11. RECURSOS

RECURSO	INTERPOSTOS	RECEBIDOS / REMETIDOS	PENDENTES DE REMESSA EM 31/12/2019	PENDENTES DE DEVOLUÇÃO EM 30/09/2020
Recurso Ordinário	660	532	226	15
Recurso Adesivo	0	0	0	1
Agravo de Petição	14	5	19	15
Agravo de Instrumento em Recurso Ordinário	72	40	37	5
Agravo de Instrumento em Agravo de Petição	4	0	3	4



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

## 12. CARTAS PRECATÓRIAS

RECEBIDAS	DEVOLVIDAS	PENDENTES DE DEVOLUÇÃO EM 31/12/2019	PENDENTES DE DEVOLUÇÃO EM 30/09/2020
33	70	23	17

## 13. DOS PAGAMENTOS E DAS ARRECADAÇÕES

O quadro abaixo revela a arrecadação de valores promovida pela Unidade nos anos de 2018 e 2019 e até o mês de setembro /2020.

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/09/2020
Valores Pagos aos demandantes decorrentes de execução	R\$ 2.659.743,91	R\$ 4.493.829,83	R\$ 2.227.091,06
Custas/Emolumentos Processuais Arrecadados	R\$ 23.574,76	R\$ 42.193,01	R\$ 10.020,23
Contribuição previdenciária arrecadada	R\$ 140.515,66	R\$ 282.001,76	R\$ 81.697,56
Imposto de Renda arrecadado	R\$ 0,00	R\$ 114.922,18	R\$ 0,00
Valores pagos decorrentes de multas aplicadas por órgão de fiscalização das relações de trabalho	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 2.823.834,33</b>	<b>R\$ 4.932.946,78</b>	<b>R\$ 2.318.808,85</b>

## 14. DAS METAS DO JUDICIÁRIO NACIONAL – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ)

### 14.1. Ano 2019

Para o ano de 2019, entre as metas gerais a serem acompanhadas por todos os segmentos do Poder Judiciário, observam-se as seguintes, aplicáveis à Justiça do Trabalho:

**14.1.1. Meta 1:** Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Casos Novos*	Processos Julgados	Percentual Processos recebidos/julgados	Grau de Cumprimento da Meta	META CUMPRIDA
1068	2488	203,43%	203,43%	

\*Excluídos os processos com distribuição cancelada ou remetido a outros órgãos.

**14.1.2. Meta 2:** Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017 nos 1º e 2º graus.

Processos Distribuídos em 2017	Processos julgados em 2018 e 2019	Percentual Processos distribuídos/julgados	Grau de Cumprimento da Meta	META CUMPRIDA
347	385	110,95%	120,60%	



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**14.1.3. Meta 3:** Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Média do Biênio 2016/2017	Processos Conciliados em 2019	Processos Solucionados em 2019	Índice da VT em 2019	Grau de Cumprimento da Meta	Índice do TRT em 2019	Meta do TRT em 2019	META NÃO CUMPRIDA
41,20%	264	2018	13,08%	31,75%	29,93%	41,20%	

Nota: O índice de conciliação da VT em 2019 de 13,08% diverge do índice de conciliação informado no item 8.7.1 de 10,22%, pelo fato de que o Glossário da Meta exclui as decisões de arquivamento, desistência e declaração de incompetência, enquanto o do item 8.7.1 considera essas decisões.

**14.1.4. Meta 5:** Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Casos novos de execução em 2018	Processos baixados na fase de execução em 2018	Entraram na meta	Saíram da meta	Casos novos /baixados	Grau de cumprimento da meta	META NÃO CUMPRIDA
1260	1212	370	138	81,18%	81,18%	

**14.1.5. Meta 6:** Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau e até 31/12/2017 no 2º grau.

Ações Coletivas pendentes em 31/12/2016	Ações Coletivas julgadas entre 2017 e 2019	Saíram da meta	Entraram da meta	Casos novos /baixados	Grau de cumprimento da meta	META CUMPRIDA
0	0	0	80	0,00%	0,00%	

**14.1.6. Meta 7:** Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.

Pendentes em 31/12/2018	Distribuídos no ano 2019	Julgados no ano 2019	Saldo Final em 31/12/2019	Grau de cumprimento da Meta	META CUMPRIDA
665	186	787	62	1.051,13%	

Necessário registrar, a seguir, as informações prestadas pela Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa acerca dos maiores litigantes :

PROCESSO- MAIORES LITIGANTES (2019)	
NOME	QUANTIDADE AÇÕES
COOPMAR COOPERATIVA MARANHENSE DE TRABALHO	388
EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EMSERH	136



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

ESTADO DO MARANHÃO	257
IB INSTITUTO BIOSAÚDE	157
INSTITUTO CORPORE PARA O DESENVOLVIMENTO DA QUALIDADE DE VIDA	79
VALE S.A.	1
<b>TOTAL</b>	<b>1018</b>

## 14.2. OUTRAS METAS

### 14.2.1. Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)

Para os anos de 2015 a 2020, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho fixou algumas metas que deverão ser cumpridas por todas as Varas do Trabalho deste Regional e passarão a ser fiscalizadas e acompanhadas por esta Corregedoria, a saber:

- 14.2.1.1. Meta 5 de 2019:** Reduzir o tempo médio de duração do processo na primeira instância, em relação ao ano base 2017, em 5% (cinco por cento), até 2020. Os TRT's que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, em 2017, tiveram como meta, em 2019, reduzir o prazo médio em 4%.

Tempo médio de Duração processo em 2017*	Prazo para a Meta em 2019*	Prazo realizado pela VT- em 2019*	Grau de cumprimento da Meta	META NÃO CUMPRIDA
208,69	200	347,39	26,30%	

\*em dias

Em 2019

- Meta 06 – Idêntica à Meta 01 de 2019 do CNJ;
- Meta 07 – Idêntica à Meta 02 de 2019 do CNJ;
- Meta 08 – Idêntica à Meta 06 de 2019 do CNJ;
- Meta 09 – Idêntica à Meta 03 de 2019 do CNJ.
- Meta 10 – Idêntica à Meta 07 de 2019 do CNJ;
- Meta 11 – Idêntica à Meta 05 de 2019 do CNJ.

### 14.2.2. Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

Para os anos de 2015 a 2020, a Coordenadoria de Gestão Estratégica, Estatística e Pesquisa fixou algumas metas, as quais deverão ser observadas por todas as Varas do Trabalho deste Regional, sendo fiscalizadas e acompanhadas por esta Corregedoria, quais sejam:

- **Meta 08** – Elevar a performance jurisdicional do 1º Grau em 1% (um por cento) ao ano, até 2020;
- **Meta 10** – Reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020;
- **Meta 11** – Aumentar o número de acordos homologados na fase de execução, em 6% (seis por cento), até 2020;
- **Meta 13** – Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% (sessenta por cento), ou menos, até 2020;
- **Meta 21** – Aumentar a arrecadação por processo em 10% (dez por cento), até 2020.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Com exceção da meta 08, que se refere a todo o 1º grau e não especificamente à Unidade em análise, todas as demais metas seguem abaixo transcritas:

**14.2.2.1. Meta 10:** Reduzir a taxa de congestionamento na fase de conhecimento para 40% (quarenta por cento), ou menos, até 2020. Ao final de 2019, porém, a Unidade deverá apresentar percentual menor ou igual a 42%.

Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento	Processos baixados - fase de conhecimento	Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento	META CUMPRIDA
608	1.330	31,37%	

**14.2.2.2. Meta 11:** Consiste em aumentar o número de acordos homologados na fase de execução, em 6% (seis por cento), até 2020. Ao final de 2019, a Unidade deveria apresentar percentual de aumento maior ou igual a 5% em relação a 2014.

Acordos Homologados na fase de execução 2014	Acordos Homologados na fase de execução 2018	Percentual de cumprimento	META CUMPRIDA
12	79	558,33%	

**14.2.2.3. Meta 13:** Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 60% (sessenta por cento), ou menos, até 2020. Ao final de 2019, a Unidade deveria apresentar percentual menor ou igual a 62%.

Pendentes em 31/12/2017	Baixados	Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	META NÃO CUMPRIDA
1.150	606	65,49%	

**14.2.2.4. Meta 21:** Aumentar a arrecadação por processo em 10% até 2020. Ao final de 2019 a Unidade deverá apresentar percentual de aumento de 8% em relação a 2015.

Índice de Arrecadação por Processo 2015	Arrecadação/Pagamentos no Período de Referência	Baixados no Período de Referência	Índice de Arrecadação por Processo no Período de Referência	Percentual de Elevação ou Decréscimo	META CUMPRIDA
R\$ 7.114,48	R\$ 4.890.753,77	580	R\$ 8.432,33	18,52%	

**RESUMO DO CUMPRIMENTO DAS METAS**

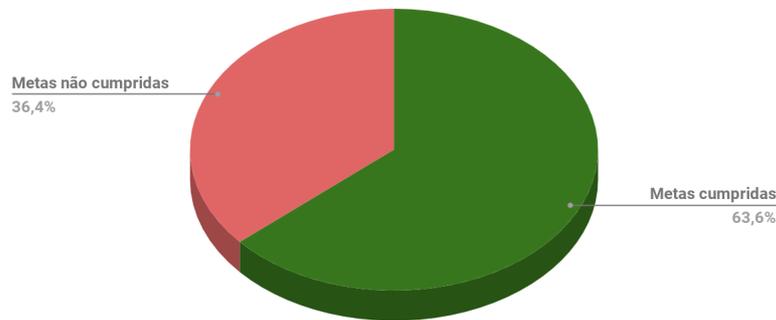
Meta		2019
CNJ	Meta 1	Cumprida
	Meta 2	Cumprida



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

	<b>Meta 3</b>	Não Cumprida
	<b>Meta 5</b>	Não Cumprida
	<b>Meta 6</b>	Cumprida
	<b>Meta 7</b>	Cumprida
<b>CSJT</b>	<b>Meta 5</b>	Não Cumprida
<b>TRT</b>	<b>Meta 10</b>	Cumprida
	<b>Meta 11</b>	Cumprida
	<b>Meta 13</b>	Não Cumprida
	<b>Meta 21</b>	Cumprida

Percentual de atingimento de Metas em 2019



## 15. DO PJE-JT

Quanto às pendências do Sistema PJe-JT, a equipe correcional colheu os seguintes dados, em 20/10/2019, após consulta direta ao acervo de processos armazenados nas tarefas:

Agrupamento	Total	Tarefa	Fase	Qtd	Entrada do mais antigo	Processo mais antigo
Acordo	23	Aguardando cumprimento de acordo	C	16	6/2/2019	0016061-43.2019.5.16.0019
Acordo	23	Aguardando cumprimento de acordo	E	7	06/08/2020	0016275-05.2017.5.16.0019
Analisar e Assinar	17	Assinar despacho	C	1	19/10/2020	0016336-89.2019.5.16.0019
Analisar e Assinar	17	Assinar despacho	E	10	16/10/2020	0016750-58.2017.5.16.0019
Analisar e Assinar	17	Assinar decisão	E	3	16/10/2020	0016183-95.2015.5.16.0019
Analisar e Assinar	17	Assinar decisão	L	1	19/10/2020	0016409-61.2019.5.16.0019
Analisar e Assinar	17	Assinar despacho	L	2	19/10/2020	0017277-73.2018.5.16.0019
Análises	2	Análise	C	1	30/09/2020	0016346-36.2019.5.16.0019
Análises	2	Análise	E	1	16/10/2020	0017310-63.2018.5.16.0019
Arquivados	6050	Arquivo	A	789	17/02/2020	0016399-51.2018.5.16.0019



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

Arquivados	6050	Arquivo provisório	A	206	27/03/2019	0016823-35.2014.5.16.0019
Arquivados	6050	Cartas devolvidas	A	293	19/08/2014	0016336-65.2014.5.16.0019
Arquivados	6050	Arquivo definitivo	A	472 0	02/06/2014	0016055-12.2014.5.16.0019
Arquivados	6050	Cartas devolvidas	C	22	19/02/2019	0017383-35.2018.5.16.0019
Arquivados	6050	Cartas devolvidas	E	13	06/09/2019	0016223-38.2019.5.16.0019
Arquivados	6050	Escolher tipo de arquivamento	E	7	09/10/2020	0051000-64.2010.5.16.0019
Assinar Despachos e Decisões	17	Assinar despacho	C	1	19/10/2020	0016336-89.2019.5.16.0019
Assinar Despachos e Decisões	17	Assinar despacho	E	10	16/10/2020	0016750-58.2017.5.16.0019
Assinar Despachos e Decisões	17	Assinar decisão	E	3	16/10/2020	0016183-95.2015.5.16.0019
Assinar Despachos e Decisões	17	Assinar despacho	L	2	19/10/2020	0017277-73.2018.5.16.0019
Assinar Despachos e Decisões	17	Assinar decisão	L	1	19/10/2020	0016409-61.2019.5.16.0019
Audiência	112	Aguardando audiência	C	111	20/07/2020	0016098-36.2020.5.16.0019
Audiência	112	Aguardando audiência	E	1	19/10/2020	0022400-04.2008.5.16.0019
Comunicação e Expedientes	215	Preparar expedientes e comunicações	C	114	09/03/2020	0016537-81.2019.5.16.0019
Comunicação e Expedientes	215	Preparar expedientes e comunicações	E	85	04/08/2020	0016338-93.2018.5.16.0019
Comunicação e Expedientes	215	Preparar expedientes e comunicações	L	16	20/08/2020	0016787-51.2018.5.16.0019
Cumprimento de Providências	138	Cumprimento de Providências	C	10	03/06/2020	0016533-44.2019.5.16.0019
Cumprimento de Providências	138	Cumprimento de Providências	E	58	02/04/2020	0016820-75.2017.5.16.0019
Cumprimento de Providências	138	Cumprimento de Providências	L	70	22/07/2020	0016085-13.2015.5.16.0019
Minutar Decisão	25	Elaborar decisão	C	4	17/09/2020	0016267-28.2017.5.16.0019
Minutar Decisão	25	Elaborar decisão	E	21	24/09/2020	0016111-06.2018.5.16.0019
Minutar Despacho	459	Elaborar despacho	C	53	01/09/2020	0016435-93.2018.5.16.0019
Minutar Despacho	459	Elaborar despacho	E	341	11/05/2020	0016882-23.2014.5.16.0019
Minutar Despacho	459	Elaborar despacho	L	65	01/09/2020	0016352-43.2019.5.16.0019
Minutar Despachos e Decisões	484	Elaborar decisão	C	4	17/09/2020	0016267-28.2017.5.16.0019
Minutar Despachos e Decisões	484	Elaborar despacho	C	53	01/09/2020	0016435-93.2018.5.16.0019
Minutar Despachos e Decisões	484	Elaborar despacho	E	341	11/05/2020	0016882-23.2014.5.16.0019
Minutar Despachos e Decisões	484	Elaborar decisão	E	21	24/9/2020	0016111-06.2018.5.16.0019
Minutar Despachos e Decisões	484	Elaborar despacho	L	65	01/09/2020	0016352-43.2019.5.16.0019



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

Decisões						
Novos Processos	11	Triagem Inicial	C	1	19/10/2020	0016275-97.2020.5.16.0019
Novos Processos	11	Apreciar dependência	C	10	06/10/2020	0016259-46.2020.5.16.0019
Outros	1472	Aguardando prazo	C	33	31/03/2020	0052200-09.2010.5.16.0019
Outros	1472	Aguardando apreciação pela instância superior	C	720	12/05/2014	0016411-41.2013.5.16.0019
Outros	1472	Aguardando final do sobrestamento	C	21	28/06/2019	0017194-33.2013.5.16.0019
Outros	1472	Aguardando final do sobrestamento	E	216	18/06/2019	0016311-86.2013.5.16.0019
Outros	1472	Aguardando prazo	E	345	19/02/2020	0016985-93.2015.5.16.0019
Outros	1472	Aguardando apreciação pela instância superior	E	34	22/10/2018	0016463-66.2015.5.16.0019
Outros	1472	Aguardando final do sobrestamento	L	5	24/08/2019	0017419-77.2018.5.16.0019
Outros	1472	Aguardando prazo	L	92	11/03/2020	0016536-67.2017.5.16.0019
Outros	1472	Aguardando apreciação pela instância superior	L	6	24/03/2020	0016682-45.2016.5.16.0019
Prazos Vencidos	19	Registrar trânsito em julgado	C	9	11/09/2020	0016088-26.2019.5.16.0019
Prazos Vencidos	19	Prazos Vencidos	E	5	20/10/2020	0017049-74.2013.5.16.0019
Prazos Vencidos	19	Registrar trânsito em julgado	E	3	11/09/2020	0016293-55.2019.5.16.0019
Prazos Vencidos	19	Prazos Vencidos	L	2	20/10/2020	0016252-98.2013.5.16.0019
Recebimento e Remessa	106	Recebimento de instância superior	C	105	01/09/2020	0016541-89.2017.5.16.0019
Recebimento e Remessa	106	Recebimento de instância superior	E	1	05/10/2020	0016138-62.2013.5.16.0019

\* C- Conhecimento L-Liquidação E-Execução A-Arquivado

### 15.1. Escaninho

No tocante ao escaninho do Sistema PJe-JT, verificou-se, no dia 23/10/2020, os dados listados abaixo:

Petições não apreciadas	
Total de Petições	3
Petições em processos com prioridade	0
Petições em sigilo/segredo	0
Petições urgentes	0
Petições assinadas por peritos	0
Documentos internos	
Total de Documentos	4249
Documentos em processo com prioridade	321
Documentos em sigilo/segredo	13
Planilha de cálculo	1783
Atas de audiências assinadas	1539
Mandados devolvidos	844
Mandados Pendentes	83



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Verificou-se que a Unidade não utiliza, plenamente, a ferramenta disponível no PJe 2.0 como meio de controle das pendências existentes no Juízo.

### 15.2. Atas de audiências pendentes de assinatura

Ainda em consulta ao Sistema PJe-JT, foi constatada a inexistência de atas de audiências pendentes de assinatura de Magistrados.

### 15.3. Prazo médio de permanência do processo na tarefa nos últimos 12 meses

Tarefa	Qtd Processos	Prazo Médio em Dias
Controle de pericia	1	95
Aguardando audiência	635	90,06
Minutar despacho ED	2	45,5
Aguardando término dos prazos	3204	41,17
Minutar decisão - AR	157	38,29
Minutar Despacho - Exec	1535	37,24
Recebimento de instância superior	310	31,96
Minutar Despacho	794	27,93
Minutar Despacho - Liq	1086	27,48
Aguardando prazo	3352	26,75
Elaborar despacho	4478	24,41
Aguardando prazo recursal	696	23,6
Minutar expediente da secretaria	161	21,14
Cumprimento de Providências	2745	18,76
Preparar comunicação	193	18,02
Minutar sentença - Exec	181	17,51
Apreciar dependência	28	17,04
Triagem Inicial	341	16,09
Concluso ao magistrado - plantão	6	15,17
Minutar sentença	181	10,88
Preparar expedientes e comunicações	3125	10,83
Arquivo	174	10,81
Preparar ato de comunicação	2362	9,95
Elaborar sentença	665	8,88
Acordos vencidos	12	7,17
Transitar em julgado	44	6,25
Apreciar admissibilidade de recursos	210	4,95
Registrar trânsito em julgado	445	4,91
Intimações automáticas com pendências - Con	94	4,77



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**15.4. Processos que ficaram mais tempo em uma tarefa**

Tarefa	Processo	Entrada	Saída	Dias	Qtd processos passaram na tarefa	Prazo médio da tarefa
Aguardando término dos prazos	0017140-33.2014.5.16.0019	15-05-2019	11-08-2020	454	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016363-82.2013.5.16.0019	15-05-2019	11-08-2020	454	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016765-32.2014.5.16.0019	16-05-2019	11-08-2020	453	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016687-72.2013.5.16.0019	17-05-2019	11-08-2020	452	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016149-23.2015.5.16.0019	17-05-2019	11-08-2020	452	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016944-97.2013.5.16.0019	17-05-2019	11-08-2020	452	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016117-86.2013.5.16.0019	23-05-2019	11-08-2020	446	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016739-97.2015.5.16.0019	24-05-2019	11-08-2020	444	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0018000-68.2013.5.16.0019	29-05-2019	11-08-2020	440	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0033700-84.2013.5.16.0019	30-05-2019	11-08-2020	439	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0017205-28.2014.5.16.0019	30-05-2019	11-08-2020	439	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016387-76.2014.5.16.0019	23-05-2019	31-07-2020	435	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016254-97.2015.5.16.0019	07-06-2019	11-08-2020	431	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016238-12.2016.5.16.0019	07-06-2019	11-08-2020	431	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016214-81.2016.5.16.0019	10-06-2019	11-08-2020	428	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0017050-25.2014.5.16.0019	11-06-2019	11-08-2020	426	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0017092-06.2016.5.16.0019	05-02-2019	06-04-2020	425	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016731-23.2015.5.16.0019	12-06-2019	31-07-2020	415	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016328-54.2015.5.16.0019	23-05-2019	18-06-2020	391	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016363-14.2015.5.16.0019	02-08-2019	11-08-2020	375	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0005600-90.2011.5.16.0019	22-07-2019	31-07-2020	374	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016116-33.2015.5.16.0019	21-08-2019	31-07-2020	345	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0017033-18.2016.5.16.0019	29-08-2019	31-07-2020	337	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016584-26.2017.5.16.0019	02-09-2019	31-07-2020	332	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0017098-13.2016.5.16.0019	03-09-2019	31-07-2020	332	3204	41.17



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

Aguardando término dos prazos	0029300-61.2012.5.16.0019	04-09-2019	31-07-2020	331	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016804-63.2013.5.16.0019	04-09-2019	31-07-2020	330	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016750-58.2017.5.16.0019	04-09-2019	31-07-2020	330	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0017053-77.2014.5.16.0019	26-08-2019	16-07-2020	324	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0001900-72.2012.5.16.0019	26-08-2019	16-07-2020	324	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0017234-78.2014.5.16.0019	27-08-2019	16-07-2020	324	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0017533-16.2018.5.16.0019	18-09-2019	31-07-2020	317	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0045200-50.2013.5.16.0019	23-09-2019	31-07-2020	312	3204	41.17
Aguardando audiência	0016367-12.2019.5.16.0019	12-09-2019	20-07-2020	312	635	90.06
Aguardando término dos prazos	0016790-11.2015.5.16.0019	26-08-2019	17-06-2020	295	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0017700-77.2011.5.16.0019	10-10-2019	31-07-2020	295	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016240-84.2013.5.16.0019	17-10-2019	31-07-2020	288	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016786-37.2016.5.16.0019	19-09-2019	18-06-2020	273	3204	41.17
Aguardando audiência	0016322-08.2019.5.16.0019	24-10-2019	20-07-2020	270	635	90.06
Aguardando audiência	0016376-71.2019.5.16.0019	20-09-2019	16-06-2020	269	635	90.06
Aguardando término dos prazos	0016245-72.2014.5.16.0019	05-11-2019	31-07-2020	269	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016540-70.2018.5.16.0019	04-11-2019	31-07-2020	269	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016196-89.2018.5.16.0019	09-11-2019	31-07-2020	265	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016761-92.2014.5.16.0019	30-10-2019	16-07-2020	260	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016169-82.2013.5.16.0019	30-10-2019	16-07-2020	260	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016224-28.2016.5.16.0019	30-10-2019	16-07-2020	260	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0017124-16.2013.5.16.0019	30-10-2019	16-07-2020	260	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016401-60.2014.5.16.0019	30-10-2019	16-07-2020	260	3204	41.17
Aguardando término dos prazos	0016719-77.2013.5.16.0019	30-10-2019	16-07-2020	260	3204	41.17

Destaca-se que os processos acima listados na tarefa “Aguardando término dos prazos” que se encontravam aguardando pagamento de Precatório não apresentam atrasos injustificáveis.

### **15.5. Observações gerais sobre a tramitação dos processos no PJe**

Foram encontrados atrasos em algumas tarefas, a exemplo, de “Preparar expedientes e comunicações”, “Cumprimento de Providências” e “Elaborar despacho-E”, com alguns processos sem tramitação desde março de 2020 (Ex: ATOrd 0016537-81.2019.5.16.0019,



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

ATSum 0016820-75.2017.5.16.0019 e ATOrd 0016882-23.2014.5.16.0019), prejudicando a prestação jurisdicional.

Observou-se, ainda, no item 15.3, elevado prazo médio de permanência de processos em algumas tarefas nos últimos 12 meses, a exemplo de “Controle de perícia” e “Aguardando audiência”.

Verificou-se, conforme item 15.4, processos que permaneceram mais de 260 dias na tarefa “Aguardando audiência”.

Ademais, constatou-se que a unidade não utiliza, em sua integralidade, o escaninho como meio de controle das pendências existentes no Juízo.

## **16. DOS ATOS DA SECRETARIA**

### **16.1. Intimação do Ministério Público**

A Vara está promovendo regularmente a intimação do Ministério Público nas ações que demandam sua intervenção, como nos casos em que há interesse de menor.

### **16.2. Tramitação Preferencial**

Constatou-se que a Vara assegura tramitação preferencial aos processos enquadrados no art. 14, § 3º, do Provimento Geral Consolidado deste Regional, dentre os quais aqueles em que as partes são menores, idosos, portadores de deficiência etc.

### **16.3. Remessa dos autos ao arquivo provisório**

Ao remeter os autos ao arquivo provisório, quando da suspensão da execução, não é obedecida integralmente à disposição estabelecida no artigo 159, do Provimento Geral Consolidado do TRT-16ª Região, notadamente quanto à renovação as providências coercitivas no sentido de localizar bens suscetíveis de penhora, bem como não é expedida certidão pelo Diretor de Secretaria, noticiando a ausência de depósito judicial ou recursal e o esgotamento, sem êxito, de todos os meios de coerção.

Constatou-se, no entanto, que o juízo revisa periodicamente os processos que se encontram no arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar as providências coercitivas.

DESCRIÇÃO	Até 30/09/2020
Saldo de Processos no Arquivo Provisório (Liquidação)	155
Saldo de Processos no Arquivo Provisório (Execução)	251

## **17. ITENS DE REGISTRO OBRIGATÓRIO NA ATA (Art.26, do Provimento Consolidado da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

- a) Averiguação da existência de pronunciamento explícito sobre a admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se reputando atendida a exigência em caso de despacho nos quais haja referência às locuções "Processe-se o recurso, na forma da lei" ou "Admito o recurso, na forma da lei"; **A Vara atende a este dispositivo.**
- b) *Após a liquidação de sentença em que se o apure crédito de valor inequivocamente superior ao depósito recursal, a Vara libera o depósito recursal em favor da parte reclamante, de ofício ou a requerimento do interessado, na forma do art. 124, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da justiça do Trabalho; A Vara atende a este dispositivo.*
- c) Assiduidade na vara do trabalho do juiz titular ou substituto; **Já analisado (item 4.3);**
- d) A quantidade de dias da semana em que se realizam audiências; **Já analisado (itens 7.1.1 e 7.1.2);**
- e) Os principais prazos da vara do trabalho (inicial, instrução e julgamento) e o número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais na fase de execução. **Já analisados (itens 7.1.6.1, 7.1.6.2, 9.1.3, 9.1.4).**
- f) O exaurimento das iniciativas do juiz objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACEN JUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA - Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC;
- Em cumprimento ao artigo 23, inciso II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, observou-se que a Unidade correccionada apresentou, no curso de 2019 e até o mês de agosto de 2020, os seguintes resultados, conforme relatórios obtidos do Sistema SABB (Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários):



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

g) Quantitativo de processos cadastrados no Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários:

**TRT16ª REGIÃO - SISTEMA AUTOMATIZADO DE BLOQUEIOS BANCÁRIOS  
RELATÓRIO DE USO DO SABB POR VT (MINUTAS EM 2020)**

VT	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2ª Vara do Trabalho de Imperatriz	0	849	2632	299	1603	3518	352	1696	0	0	0	0	10949
Vara do Trabalho de Chapadinha	1271	1347	943	1688	268	1733	2558	980	0	0	0	0	10788
1ª Vara do Trabalho de São Luis	1115	1938	1181	0	0	1718	1990	906	0	0	0	0	8848
7ª Vara do Trabalho de São Luis	1339	1139	897	0	1446	868	1431	0	0	0	0	0	7120
6ª Vara do Trabalho de São Luis	1776	668	1941	74	16	827	608	0	0	0	0	0	5910
5ª Vara do Trabalho de São Luis	229	690	267	785	1046	882	40	1139	0	0	0	0	5078
4ª Vara do Trabalho de São Luis	884	1140	364	0	337	869	933	283	0	0	0	0	4810
Vara do Trabalho de Estreito	197	395	1045	632	431	939	725	242	0	0	0	0	4606
Vara do Trabalho de Pedreiras	460	405	1055	2	0	468	797	359	0	0	0	0	3546
3ª Vara do Trabalho de São Luis	515	493	937	0	0	569	596	128	0	0	0	0	3238
Vara do Trabalho de Bacabal	591	0	799	221	0	530	257	550	0	0	0	0	2948
Vara do Trabalho de Pinheiro	0	96	190	0	634	774	187	77	0	0	0	0	1958
1ª Vara do Trabalho de Imperatriz	0	1	0	0	8	249	836	484	0	0	0	0	1578
Vara do Trabalho de Açailândia	0	0	364	0	427	437	30	17	0	0	0	0	1275
Vara do Trabalho de Barreirinhas	94	453	117	302	0	0	0	0	0	0	0	0	966
Vara do Trabalho de Balsas	1	371	404	0	123	0	0	0	0	0	0	0	899
Vara do Trabalho de Presidente Dutra	0	0	0	0	0	0	30	22	0	0	0	0	52
Vara do Trabalho de Santa Inês	0	0	0	0	0	0	0	21	0	0	0	0	21
2ª Vara do Trabalho de São Luis	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Vara do Trabalho de Caxias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vara do Trabalho de São João dos Patos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vara do Trabalho de Barra do Corda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

h) O registro, no sistema informatizado, de todos os atos processuais relevantes praticados, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos e data de conclusão ao juiz para sentença em processos incidentais; **A Vara atende a este dispositivo.**

i) Se há inclusão em pauta de processos na fase de execução; **Já analisado (item 7.1.4);**

j) Se foi determinada pelo juiz a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, indique bens da sociedade (art. 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo à via dos embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência da sua responsabilidade executiva secundária. **A Vara atende a este dispositivo.**

## 18. DOS ATOS DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA

### 18.1. Mandados expedidos

MANDADOS PENDENTES DE FINALIZAÇÃO	DATA DE CRIAÇÃO DO MAIS ANTIGO	TOTAL
Mandados distribuídos e não finalizados	-	0
Mandados expedidos e não distribuídos	-	28

### 18.2. Dados gerais sobre cumprimento de mandados



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

ERICA COSME DA SILVA SOARES	2019	2020
Média em dias para devolução do mandado	14 dias 2h	2 meses 8 dias 13h
Mandados recebidos por distribuição	616	0
Mandados recebidos por redistribuição	14	0
Mandados encerrados	612	19
Cumpridos com finalidade atingida	477	16
Cumpridos com finalidade não atingida	133	3
Mandados encerrados com prazo vencido	140	19
Mandados encerrados dentro do prazo	472	0

À vista dos prazos médios coletados, observa-se que, em 2019, foi obedecido pela Unidade o disposto no art. 177 do Provimento Geral Consolidado deste Regional, que estabelece que os mandados Judiciais devem ser cumpridos e devolvidos no prazo máximo de 19 (dezenove) dias, contados da data da distribuição.

#### 19. AGUARDANDO PAGAMENTO DE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR (RPV)

Município	Valor/Percentual Mensal do FPM	Quantidade de Processos
Timon	R\$ 650.732,72	130
Parnarama	R\$ 42.680,87	10
Matões	R\$ 11.735,81	02
<b>TOTAL</b>		<b>142</b>

Considerando o quantitativo de processos pendentes de pagamento em face dos municípios de Timon, o Desembargador Corregedor determina ao magistrado titular que adote medidas visando o aumento da arrecadação mensal dos referidos municípios e, conseqüentemente, à melhoria da prestação jurisdicional, podendo mostrar aos senhores prefeitos que a execução direta poderá resultar em maiores retenções de valores do FPM.

#### 20. TEMPO DE DURAÇÃO DO PROCESSO

DESCRIÇÃO	2018	2019	Até 30/09/2020
Do Ajuizamento da Ação até o Arquivamento	750.94	1154.68	1496.82

#### 21. DA GESTÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

##### 21.1. Da inspeção judicial



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Foi realizada inspeção judicial na Unidade no período de 07 a 20/01/2020, em conformidade com o disposto na Resolução Administrativa n.º 203/2016, tendo a Ata correspondente sido remetida a esta Corregedoria, restando atendidas as disposições dos artigos 183 e 185 do Provimento Geral Consolidado.

Nesse sentido, o Exmo. Desembargador Corregedor recomenda ao magistrado titular que, neste ano de 2020, realize, no mínimo, 2 (duas) Inspeções Anuais, da forma que entender conveniente, com foco principal nas várias deficiências constatadas, indicando as providências adotadas e o resultado alcançado.

## 22. DA GESTÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Sobre esse aspecto, o Diretor de Secretaria informou que: *"Os equipamentos de informática, máquinas fotocopadoras, mobiliários, ar-condicionados e demais equipamentos encontram-se em condições normais de uso e funcionamento"*.

## 23. DA GESTÃO DE TECNOLOGIA INFORMACIONAL / CONVÊNIOS *(Item de exame e registro obrigatório - artigo 26, inciso V, a, da Consolidação dos Provimentos da CGJT)*

Encontram-se instalados e em funcionamento os seguintes programas de informática pertencentes ao Sistema Integrado- SIGI-JT(Sistema de Cálculos; AUD (Automação de Salas de Audiência); e-Doc; SAPT1 e-Gestão).

A Unidade informou que: *"As ferramentas tecnológicas implantadas através dos convênios SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD, SERASAJUD, CNIB, JUCEMA e TRE estão sendo regularmente utilizadas por este Juízo, sempre objetivando a maior efetividade na solução das demandas na fase de execução"*.

## 24. DO SISTEMA e-GESTÃO

Todas as estatísticas das Varas do Trabalho deste Regional são obtidas por meio do sistema e-Gestão, que é, atualmente, o banco de dados de toda a Justiça Especializada. Nesse sentido, vale ressaltar que todas as remessas geradas pela Unidade até setembro/2020 se encontram validadas.

## 25. IGEST - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

O IGEST foi desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho do País.

Para tanto, apresenta um referencial numérico que sintetiza os mesoindicadores Acervo, Celeridade, Produtividade, Taxa de Congestionamento e Força de Trabalho, adotados em consonância com os objetivos judiciais do Plano Estratégico da Justiça do Trabalho 2015-2020 de assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional, estimular a conciliação e as soluções alternativas de conflito e impulsionar as execuções trabalhistas e fiscais.

O IGEST busca auxiliar as presidências, as corregedorias e as varas do trabalho na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível,



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

revelando-se, dessa forma, importante ferramenta de gestão, sobretudo para aqueles Tribunais Regionais do Trabalho que não dispõem de metodologia própria para esse fim, com disponibilidade de acesso a todos os usuários do Sistema e-Gestão.

O cálculo foi desenvolvido para se obter, de forma padronizada, os indicadores de todas as varas do trabalho analisadas em um período de referência, sem fazer diferenciação entre elas, tudo com base nos dados extraídos do sistema e-Gestão. **Todas as informações relativas aos cálculos dos mesoindicadores podem ser obtidos no site do e-Gestão**, no link <http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>.

**Para cada mesoindicador e colocação da Vara no IGEST, existem 3 faixas:**

- em fundo azul escuro e letras brancas- 25% dos índices e das varas, com os melhores desempenhos;
- em fundo cinza e letras pretas- 25% dos índices e das varas, com os piores desempenhos;
- em fundo azul claro e letras azuis- 50% dos índices e das varas, com desempenho mediano e que se encontram entre as duas faixas acima.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

### MESOINDICADORES, INDICADORES E SEUS RESPECTIVOS PESOS

MESOINDICADOR	INDICADOR	PESOS	
		PESO DOS INDICADORES	PESO DOS MESOS
Acervo	I01 - Idade Média do Pendente de Julgamento	0,3	0,2
	I02 - Pendentes	0,4	
	I03 - Taxa de Conclusos com o Prazo Vencido	0,3	
Celeridade	I04 - Prazo Médio na Fase de Conhecimento	0,6	0,2
	I05 - Prazo Médio na Fase de Liquidação	0,1	
	I06 - Prazo Médio na Fase de Execução	0,3	
Produtividade	I07 - Taxa de Conciliação	0,3	0,2
	I08 - Taxa de Solução	0,4	
	I13 - Taxa de Execução	0,3	
Congestionamento	I09 - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento	0,5	0,2
	I10 - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução	0,5	
Força de Trabalho	I11 - Produtividade por Servidor	0,5	0,2
	I12 - Pendentes por Servidor	0,5	

Nesse sentido, seguem abaixo informações colhidas no referido sistema acerca da Vara:

#### 25.1. Situação da Vara Trabalhista em relação ao País.

##### 25.1.1. Mesoindicadores- Todas as Varas do Trabalho

Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade de (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
					Resultado	Colocação
0,2268	0,5540	0,5001	0,3316	0,3370	0,3899	529º

##### 25.1.2. Mesoindicadores- Varas do Trabalho da mesma faixa

Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de	Força de	IGEST
--------	------------	---------------	---------	----------	-------



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

(Peso 0,2)	(Peso 0,2)	de (Peso 0,2)	Congestion amento (Peso 0,2)	Trabalho (Peso 0,2)	Resultado	Colocação
0,2716	0,5801	0,4981	0,3301	0,2605	0,3881	182º

**25.2. Situação da Vara do Trabalho em relação às demais Unidades 16ª Região**

**25.2.1. Mesoindicadores- Todas as Varas do Trabalho**

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2016 a Jun/2019	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
16a - MA -> Barreirinhas - 01a Vara	0751 a 1000	0,0948	0,2093	0,5504	0,3443	0,4861	0,3370	1º
16a - MA -> Açailândia - 01a Vara	1001 a 1500	0,1827	0,4930	0,4170	0,1845	0,4501	0,3455	2º
16a - MA -> Estreito - 01a Vara	1001 a 1500	0,1350	0,2806	0,3948	0,4441	0,5155	0,3540	3º
16a - MA -> Presidente Dutra - 01a Vara	1501 a 2000	0,2469	0,1850	0,4995	0,3913	0,4751	0,3595	4º
<u>16a - MA -&gt; Timon - 01a Vara</u>	<u>1001 a 1500</u>	<u>0,2166</u>	<u>0,5641</u>	<u>0,4506</u>	<u>0,3020</u>	<u>0,4263</u>	<u>0,3919</u>	<u>5º</u>
16a - MA -> São João dos Patos - 01a Vara	0751 a 1000	0,1627	0,3329	0,5033	0,4528	0,5171	0,3938	6º
16a - MA -> Pedreiras - 01a Vara	0501 a 0750	0,1581	0,3598	0,5028	0,5223	0,5623	0,4211	7º
16a - MA -> São Luís - 05a Vara	1501 a 2000	0,3859	0,5730	0,4207	0,3617	0,4196	0,4322	8º
16a - MA -> Chapadinha - 01a Vara	2001 a 2500	0,2992	0,2535	0,6636	0,4733	0,5243	0,4428	9º
16a - MA -> Bacabal - 01a Vara	1501 a 2000	0,3479	0,4041	0,5329	0,4946	0,4582	0,4475	10º
16a - MA -> Balsas - 01a Vara	0751 a 1000	0,2108	0,4090	0,4010	0,6416	0,5905	0,4506	11º
16a - MA -> São Luís - 07a Vara	1501 a 2000	0,4140	0,3432	0,5637	0,5052	0,4518	0,4556	12º
16a - MA -> São Luís - 01a Vara	1501 a 2000	0,2814	0,4082	0,5398	0,5512	0,5157	0,4592	13º
16a - MA -> Barra do Corda - 01a Vara	2001 a 2500	0,4453	0,3078	0,5952	0,4382	0,5269	0,4627	14º
16a - MA -> São Luís - 04a Vara	1501 a 2000	0,3405	0,3967	0,4725	0,5768	0,5634	0,4700	15º
16a - MA -> São Luís - 02a Vara	1501 a 2000	0,3639	0,3367	0,6343	0,5044	0,5143	0,4707	16º



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

16a - MA -> Imperatriz - 02a Vara	2501 ou Mais	0,3586	0,4464	0,5607	0,5262	0,5158	0,4815	17°
16a - MA -> São Luís - 03a Vara	1501 a 2000	0,4091	0,4102	0,4979	0,5883	0,5470	0,4905	18°
16a - MA -> São Luís - 06a Vara	1501 a 2000	0,3326	0,5054	0,5223	0,5640	0,5845	0,5018	19°
16a - MA -> Pinheiro - 01a Vara	2001 a 2500	0,5552	0,7343	0,4217	0,5332	0,4969	0,5483	20°
16a - MA -> Imperatriz - 01a Vara	2501 ou Mais	0,8981	0,6579	0,4123	0,5077	0,3936	0,5739	21°
16a - MA -> Caxias - 01a Vara	1501 a 2000	0,7625	0,5233	0,4978	0,5853	0,5409	0,5820	22°
16a - MA -> Santa Inês - 01a Vara	1501 a 2000	0,7384	0,5243	0,6592	0,6786	0,5729	0,6347	23°

### 25.2.2. Mesoindicadores- Varas do Trabalho da mesma faixa

TRT -> Vara do Trabalho	Faixa de Casos Novos: Jul/2016 a Jun/2019	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	IGEST	
							Resultado	Colocação
16a - MA -> Açailândia - 01a Vara	1001 a 1500	0,2747	0,5544	0,4549	0,5074	0,4160	0,4415	1°
16a - MA -> Timon - 01a Vara	1001 a 1500	0,4003	0,6082	0,4901	0,4926	0,3340	0,4650	2°
16a - MA -> Estreito - 01a Vara	1001 a 1500	0,3675	0,3282	0,5509	0,5074	0,6988	0,4905	3°

Vale registrar que os dados acima se referem à faixa de casos novos de Jan/2016 a Jun/2019 e o período de referência relativo a Jul/2019 a Jun/2020.

### QUADRO RESUMO DA COLOCAÇÃO DA VARA NO IGEST

	Referência	Colocação	Total de Varas do Trabalho
Brasil	Todas as Varas do Trabalho	529 <sup>a</sup>	1.571
	Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos	182 <sup>a</sup>	613
TRT 16ª Região	Todas as varas	5 <sup>a</sup>	23
	Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos	2 <sup>a</sup>	3

Observa-se que a Unidade ficou na **529<sup>a</sup>** colocação entre as **1571** Varas do Trabalho do **Brasil**, bem como em **182<sup>a</sup>** lugar entre as **613** Varas do Trabalho da mesma faixa de casos novos.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

A Unidade também ocupou a 5ª colocação entre as 23 varas do Trabalho da 16ª Região, bem como em 2º lugar entre as 3 da mesma faixa da Região.

## 26. WIKI NACIONAL- Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância

Os Tribunais Regionais do Trabalho elaboraram a primeira versão de um manual eletrônico com as rotinas das Varas do Trabalho, denominado Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância- Wiki Nacional.

Trata-se de uma ferramenta para compreensão do fluxo do processo judicial e gestão do conhecimento institucional, através da qual servidores e magistrados encontrarão a descrição de todas as atividades de secretaria da 1ª Instância, as tarefas do PJe, o passo a passo das rotinas, modelos normativos, tudo visando precipuamente ao aprimoramento das rotinas das Unidades, melhorando, assim, a celeridade, a produtividade e, conseqüentemente, e a eficiência na prestação jurisdicional.

**Dessa forma, considerando a relevância da questão, a equipe correcional solicitou do Diretor de Secretaria a observância do Memo Circular 4/2019, através do qual a Secretaria da Corregedoria requereu dos gestores das varas do Trabalho a disseminação da referida plataforma perante os servidores e magistrados, comprometendo-se o referido Diretor a adotar as medidas necessárias visando divulgação e utilização do aludido sistema.**

## 27. DA OUVIDORIA

Conforme informado pelo Serviço de Ouvidoria deste Regional, durante o ano de 2019, até o mês de setembro de 2020, foram registradas 20 (vinte) manifestações pertinentes à morosidade em tramitação na Vara do Trabalho, todas já devidamente concluídas e arquivadas.

## 28. DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

Considerando a situação de exceção provocada pela pandemia da COVID-19, não foi possível a verificação *in loco* das instalações físicas da vara, cabendo registrar que não houve manifestação da unidade no sentido de que se encontram em desacordo com as necessidades funcionais e do público.

## 29. DAS BOAS PRÁTICAS

Não foram apresentadas boas práticas.

## 30. DAS MEDIDAS ADOTADAS PELA VARA POR CONTA DA EPIDEMIA DA COVID-19

A Unidade adotou as seguintes medidas: *“Durante o período de pandemia Covid-19 foram disponibilizados horários específicos para eventual atendimento virtual aos advogados, procuradores, defensores públicos, membros do MPT e das partes no*



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

*exercício do Jus Postulandi; Realização de audiências telepresenciais; Prioridade no pagamento de precatórios/RPV's com o intuito de mitigar os impactos decorrentes da pandemia; Destinação de R\$100.000,00 (cem mil reais) ao Fundo Municipal de Saúde, Município de Parnarama/MA, por solicitação da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, nos autos da Ação Civil Pública nº 0016435-93.2018.5.16.001, para fins de aquisição direta de medicamentos e equipamentos necessários à proteção, à saúde e ao atendimento preventivo, curativo e emergencial no combate ao coronavírus”.*

### **31. DAS REUNIÕES TELEPRESENCIAIS**

O Exmo. Desembargador Corregedor, no dia 23/08/2020, às 16h, reuniu-se telepresencialmente, com o Exmo. Juiz Titular da Vara do Trabalho de Timon, Francisco José de Carvalho Neto, o Diretor de Secretaria, Mauro Heider Silva Ferreira, e demais servidores da unidade, assim como as advogadas Sandra Gonçalves Macedo (OAB/MA 5414-A), Conselheira Estadual OAB/MA e Presidente da Comissão da Advocacia Trabalhista, e Fernanda Beatriz Almeida Castro (OAB/MA 12334-A), Presidente da Subseção da OAB de Timon. Presentes, também, os servidores da Corregedoria, Valéria Moraes Marques, Secretária da Corregedoria, e David Tedson Mendonça Ferreira, Analista Judiciário.

Dada a palavra à advogada Sandra Gonçalves Macedo (OAB/MA 5414-A), esta noticiou que não recebeu nenhuma crítica ou reclamação em relação à vara. A advogada Fernanda Beatriz Almeida Castro registrou elogios aos servidores, destacando que são competentes. Destacou, ainda, a boa tramitação dos processos na unidade e finalizou registrando elogios à atuação do Magistrado Titular no exercício da judicatura. O Exmo. Juiz Titular agradeceu os elogios recebidos e, na oportunidade, fez elogios à advogada Fernanda Beatriz Almeida Castro, ressaltando trata-se de causídica brilhante e correta.

Não havendo mais registros, o Desembargador José Evandro de Souza encerrou a sessão.

### **32. DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES INSERTAS NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO PRETÉRITO.**

As seguintes recomendações/determinações, exaradas na ata do ano anterior, foram cumpridas pela Unidade:

- a) Melhoria no desempenho no IGEST, passando da colocação 1315<sup>a</sup> para 529<sup>a</sup>, a nível nacional;
- b) Cumprimento das metas 1, 2, 6 e 7 /2019 do CNJ e metas 10,11 e 21/2019 do TRT-16ª Região;
- c) Decréscimo da taxa de congestionamento na fase de conhecimento, atingindo, em 2019, o índice de 31,37%;
- d) A magistrada Theanna de Alencar Borges julgou o processo que se encontrava concluso com prazo vencido;
- e) Houve cumprimento do art. 63 do PGC/art.226,III, do CPC, que tratam do prazo máximo de 30 (trinta) dias para julgamento;



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

- f) Houve decréscimo no total de processos pendentes de baixa, na fase de conhecimento, passando de 608 (2019) para 302 (até o mês de setembro de 2020) ,
- g) A Unidade assegura tramitação preferencial aos processos em que pessoas menores, idosas, portadores de deficiência, dentre outras, figurem como parte ou interveniente;
- h) Os itens de saldo e de pendências do legado descritos no item 23 da ata de correição pretérita foram todos corrigidos desta ata;
- i) As pendências do SAPT1 e dos Sistema PJE, registradas na ata de 2019, foram atualizadas.

Por outro lado, é incumbência do Corregedor registrar as determinações/recomendações não cumpridas, bem como os aspectos que ainda merecem ser aprimorados. Nesse sentido, juízes e servidores devem atentar para o seguinte:

- a) Não foram cumpridas as metas 3 e 5/2019 do CNJ, meta 5/2019 do CSJT e meta 13/2019 do TRT 16ª Região;
- b) Os prazos médios para realização da 1ª audiência e para o encerramento da instrução processual permanecem elevados, conforme dados dos itens 7.1.6.1 e 7.6.2;
- c) De igual modo, permanecem elevados os prazos médios do ajuizamento da ação até o encerramento da liquidação e entre o início e o encerramento da liquidação, tendo sido apurado até o mês de setembro de 2020, os totais de de 1.161,52 e 210,35 dias, respectivamente;
- d) O índice de conciliação em 2019 (10,22%) ficou abaixo do pretendido pelo Regional, prejudicando o cumprimento da meta 3/2019 do CNJ;
- e) Houve decréscimo da taxa de congestionamento na fase de execução passando de 69,42%(2018), para 65,49%(2019), entretanto ainda permanece elevada.
- f) Observou-se o descumprimento dos arts. 55 e 64, do Provimento deste Regional, quanto à necessidade de designação de data para a publicação da sentença quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução.
- g) Verificou-se também o cumprimento parcial do art. 62, do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão do feito ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução;
- h) Constatou, ainda, o descumprimento da Recomendação nº 4/GCGJT/2018, tendo em vista o número reduzido de sentenças líquidas prolatadas no ano de 2019, conforme item 8.15;
- i) Houve acréscimo no total de processos pendentes de baixa, na fase de execução, passando de 1150 (2019) para 1225 (até o mês de setembro de 2020);
- j) A Unidade não realizou audiências itinerantes em 2019;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

**33. OBSERVAÇÕES GERAIS DO EXMO SR.DESEMBARGADOR CORREGEDOR**

1. No tocante ao IGEST, constatou que houve melhoria no desempenho da unidade passando da colocação 1315ª para a 529ª, a nível nacional.
2. Contatou elevado prazo médio do ajuizamento da ação até a primeira audiência, bem como do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução processual, apurando-se 177,10 dias e 467,63 dias, respectivamente, até o dia 30/09/2020;
3. A taxa de congestionamento na fase de execução da unidade permanece elevada, assim como continua elevado o prazo médio do ajuizamento da ação até a extinção da execução, apurando-se nos nove primeiros meses de 2020 o total de 1.996,46 dias.
4. Constatou, ainda, o descumprimento da Recomendação nº 4/GCGJT/2018, tendo em vista o número reduzido de sentenças líquidas prolatadas no ano de 2019, a saber, 18 (dezoito), em relação ao total de 938 (novecentos e trinta e oito) processos solucionados com exame de mérito pelos magistrados. Ademais, nos nove primeiros meses de 2020, não houve a prolação de sentenças líquidas.
5. Verificou um elevado prazo médio do ajuizamento da ação até o encerramento da liquidação, apurando-se um total de 1.161,52 dias até o dia 30 de setembro de 2020;
6. Verificou, ainda, em relação ao PJe, atrasos em algumas tarefas, a exemplo de “Preparar expedientes e comunicações”, “Cumprimento de Providências” e “Elaborar despacho-E”, com alguns processos sem tramitação desde março de 2020 (Ex: ATOrd 0016537-81.2019.5.16.0019, ATSum 0016820-75.2017.5.16.0019 e ATOrd 0016882-23.2014.5.16.0019), bem assim elevado prazo médio de permanência de processos em algumas tarefas nos últimos 12 meses, v.g, “Controle de perícia” e “Aguardando audiência”.
7. A Secretaria revisa periódica os processos em execução que se encontram em arquivo provisório, entretanto não está expedindo certidão conforme estabelecido no art. 159, §1º, do Provimento Geral Consolidado, noticiando a ausência de depósito judicial ou recursal.
8. A Unidade não cadastrou processos no sistema SABB (Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários), conforme se observa no item 17,g.

**34. DAS DETERMINAÇÕES**

**34.1. AO MAGISTRADO TITULAR**

**Em caráter geral, com o intuito de realçar procedimentos que devem ser sempre observados em todas as Unidades Judiciais deste Regional, especificamente em decorrência do constatado nos trabalhos correccionais, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor consigna as seguintes determinações ao Excelentíssimo Juiz Titular da Vara do Trabalho de Timon:**

- a) **IGEST-** Considerando a colocação da Unidade no Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (529ª Nacional; 182ª Nacional por faixa de casos novos; 5ª do Regional; e 2ª Regional por faixa de casos



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

novos), que adote medidas visando à melhoria de todos os índices da Vara, com especial atenção aos campos que se encontram em fundo cinza e letras pretas (25% dos índices e das varas, com os piores desempenhos), bem como em fundo azul claro e letras azuis (50% dos índices e das varas, com desempenho mediano);

- b) **Metas (2019)** - Observe e acompanhe as metas do Judiciário Nacional, fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, a fim de lhes dar cumprimento integral ao final de cada ano, assim como aquelas fixadas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho e as estabelecidas pela Coordenadoria de Gestão Estratégica do TRT da 16ª Região, pelo link <https://www.trt16.jus.br/portalGestao/index.php?acao=conteudo/metasVara.php>, haja vista o descumprimento das metas 3 e 5/2019 do CNJ, meta 5/2019 do CSJT e meta 13/2019 do TRT 16ª Região;
- c) **Prazo para realização de audiências** - Observe, quando da elaboração da pauta, a necessidade de se reduzir os prazos médios examinados nos itens 7.1.3 e 7.1.6.1, sobretudo os pertinentes à realização da primeira audiência e, em especial, nos processos submetidos ao rito sumaríssimo (art. 852-B, III, da CLT), de modo a adequá-los ao prazo estabelecido em lei ou, pelo menos, reduzi-los a patamares razoáveis, além de adotar, como regra, a audiência una e o fracionamento como exceção;
- d) **Fase de Execução** - Considerando os dados referentes à fase de execução, como execuções pendentes (item.6.4.2), taxa de congestionamento (item 6.4.4.) e prazo médio (item 6.4.6), adote medidas imediatas visando à melhoria desses índices, devendo, para tanto, utilizar dos meios coercitivos necessários à obtenção de uma execução eficiente, a exemplo dos convênios, como SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, SABB (Sistema Automatizado de Bloqueios Bancários) e outros, assim como a priorização da conciliação, de modo a reduzir o acervo da Unidade;
- e) **Pauta de execução** - Estabeleça, em consonância com o alinhado no Memorando Circular n.º 171/2015-SC, e ao art.76, “e”, da Consolidação dos Provimentos, pauta regular e especial de conciliação para processos na fase de execução;
- f) **Sentenças Líquidas** - Considerando o número pequeno de sentenças líquidas, conforme item 8.1.5, deve ser observado, com rigor, a Recomendação 4/18-CGJT;
- g) **Índice de Conciliação** - Insista na busca de melhores índices de conciliação na fase de conhecimento, face o percentual alcançado nos últimos anos, abaixo do proposto pelo Tribunal, tendo em vista que o índice da Unidade em 2019 (10,22%) ainda se encontra muito abaixo da meta, qual seja, 41,20%;
- h) **Aguardando pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV)**- Considerando o grande número de processos pendentes de pagamento em face do município de Timon, que adote medidas visando ao aumento da arrecadação mensal do referido município e, conseqüentemente, à melhoria da prestação jurisdicional;
- i) **Inspeção Judicial** - realize, no mínimo, 2(duas) inspeções anuais, da forma que entender conveniente, visando à verificação da atuação e das pendências da Vara;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

- j) **Baixa de processos** - Considerando a existência, em 30/09/2020, de 302 (trezentos e dois) e 1.225 (mil, duzentos e vinte e cinco) processos pendentes de baixa, nas fase de conhecimento e execução, respectivamente, que se adote medidas a fim de diminuir esses números, que interferem diretamente nos cálculos dos relatórios do Justiça em Números e das Metas Nacionais;
- k) **Arts. 55 e 64, do Provimento Geral Consolidado deste Tribunal** - Verifiquem os comandos insertos nos referidos dispositivos, quanto à designação de data para a publicação da sentença, quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução, mediante ciência prévia das partes ou procuradores, evitando-se, desse modo, a conclusão dos autos para julgamento *sine die* e a necessidade de intimação das partes pela via postal ou Diário;
- l) **Gestão da Unidade** - Considerando os atrasos registrados nesta ata, que façam o acompanhamento periódico e permanente das atividades da Secretaria, inclusive da produtividade do Diretor de Secretaria e demais servidores, no intuito de regularizar a tramitação dos feitos, evitando-se, assim, que as irregularidades encontradas se mantenham ou se repitam;
- m) **Tramitação Preferencial** - Continue assegurando tramitação preferencial aos processos em que pessoas menores, idosas, portadores de deficiência, dentre outras, que figurem como parte ou interveniente, de forma a dar cumprimento à determinação inserta no artigo 14, § 3º e 4º, inciso I, do PGC-TRT16, fazendo a necessária separação dos feitos em local próprio para facilitação do controle;
- n) **Recomendações da CGJT**- Que observem os termos do MEMO. CIRCULAR N.º 008/2019-SC, por meio do qual a Unidade foi cientificada acerca das recomendações constantes na Ata de Correição da CGJT-2019, quais sejam:
- *Considerando que a Resolução n.º 233/2016 do CNJ determina que o magistrado, na designação de perito, observe critério equitativo para a nomeação dos profissionais constantes da lista cadastrada junto ao Tribunal, recomenda-se dispensar especial atenção, durante a atividade correicional, ao integral atendimento às diretrizes fixadas na Resolução n.º 233/2016 do CNJ;*
  - *Considerando que, a despeito do incremento da produtividade do primeiro grau de jurisdição, com importante redução do acervo de processos pendentes de julgamento, o prazo médio de duração dos processos na fase de conhecimento apresenta-se elástico, notadamente no que tange ao interstício do ajuizamento da ação até a realização da primeira audiência - fato objeto de igual recomendação na Correição Ordinária anterior - recomenda-se a intensificação dos esforços no sentido de obter a redução do tempo médio de tramitação processual nas Varas do Trabalho da 16ª Região, com especial atenção ao prazo para designação da primeira audiência;*
  - *Considerando os índices relativos ao resíduo e ao prazo médio na fase de execução em 2018, recomenda-se sensibilizar magistrados e servidores para a importância do uso eficaz das ferramentas de pesquisa patrimonial como meio de assegurar a efetividade das execuções e, por consequência, incrementar a produtividade e propiciar a redução do número de execuções pendentes no âmbito da 16ª Região;*



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

- Considerando a informação de que significativa parcela das execuções encerradas encontra-se identificadas como “outras extinções” e de que, entre elas, constatou-se, por amostragem, a existência de sentenças que fizeram incidir a prescrição intercorrente, recomenda-se alertar os magistrados para os termos do artigo 2º da Instrução Normativa n.º 41/2018 do TST e da Recomendação n.º 3/2018 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de modo a garantir segurança jurídica aos jurisdicionados;
- Considerando que não há unidade específica responsável pela fiscalização das rotinas adotadas pelas VTs para a expedição e processamento das RPVs estaduais e municipais, o que dificulta a padronização dos procedimentos, fato inclusive objeto de recomendação na ata correicional anterior, e visando o controle efetivo, centralizado e permanente das práticas adotadas pelas diversas unidades jurisdicionais, recomenda-se adotar mecanismos de efetivo controle em relação ao processamento das RPVs estaduais e municipais expedidas pelas Vts;

**NOTA - as recomendações e determinações devem ser atendidas por todos os magistrados, no prazo de 30 (trinta) dias, informando à Corregedoria acerca do cumprimento, esclarecendo quais as providências adotadas para cada item e a melhoria alcançada, com a observação de que as correições não se prestam para se repetir indefinidamente essas mesmas recomendações e/ou determinações, de sorte a autorizar encaminhamento de pedido ao egrégio Tribunal Pleno para que se apure responsabilidades em caso de inobservância.**

#### 34.2. AOS SERVIDORES

**Em face do constatado e apurado durante os trabalhos correicionais, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor determina ao Diretor Mauro Heider Silva Ferreira , responsável pela boa ordem dos serviços da Unidade, que:**

- WIKI NACIONAL** - Fluxo Nacional Otimizado em Procedimentos de Primeira Instância - que dissemine o uso dessa plataforma para compreensão do fluxo do processo judicial e gestão do conhecimento institucional, através da qual servidores e magistrados encontrarão a descrição de todas as atividades de secretaria da 1ª Instância, as tarefas do PJe, o passo a passo das rotinas, modelos normativos, tudo visando precipuamente ao aprimoramento das rotinas das Unidades, melhorando, assim, a celeridade, a produtividade e, conseqüentemente, a eficiência na prestação jurisdicional, socorrendo-se de pessoal habilitado junto ao Tribunal se não se achar habilitada ou se dúvida tiver de como implementar;
- IGEST-** Considerando a colocação da Unidade no Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (529ª Nacional; 182ª Nacional por faixa de casos novos; 5ª do Regional; e 2ª Regional por faixa de casos novos), que adote medidas visando à melhoria de todos os índices da Vara, com especial atenção aos campos que se encontram em fundo cinza e letras pretas (25% dos índices e das varas, com os piores desempenhos), bem como em fundo azul claro e letras azuis (50% dos índices e das varas, com desempenho mediano);
- Sistema e-Gestão** - deem atenção especial aos relatórios de saldo e de pendências, bem como aos àqueles que interferem nas variáveis do Justiça em Números



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

(<http://novoegestao.tst.jus.br/BOE/BI/>), especialmente os seguintes: 90185 (Cartas Precatórias pendentes de devolução); 90377 (Processos pendentes de baixa - fase conhecimento); 90375 (Processos baixados - fase de conhecimento); 90383 (Processos pendentes de baixa - fase de execução); 90381 (Processos baixados - fase de execução); 90315 (Processos suspensos - fase de conhecimento); 90300 (Processos suspensos - fase de execução);

- d) Prazo para cumprimento dos mandados judiciais** - À vista dos prazos médios coletados no item 18.2, que continuem respeitando o art. 177, do PGC - TRT16, que estabelece o prazo máximo de 19 (dezenove) dias para cumprimento dos mandados Judiciais, contados da data da distribuição;
- e) Art. 62, do PGC-TRT** - Cumpra, com rigor, o citado dispositivo, sob pena de responsabilidade, que determina a obrigatoriedade de se realizar a conclusão do feito ao Juiz competente para o seu julgamento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento da instrução, devendo o Chefe de Audiência e demais servidores serem orientados e cobrados nesse sentido;
- f) PJE** - Elabore estratégia de ação, de modo a regularizar a tramitação dos processos no PJe, bem como imprimir a celeridade necessária à realização dos atos processuais com atrasos excessivos, tendo em vista as seguintes observações, já consignadas no item 15.5:
- *Foram encontrados atrasos em algumas tarefas, a exemplo, de “Preparar expedientes e comunicações”, “Cumprimento de Providências” e “Elaborar despacho-E”, com alguns processos sem tramitação desde março de 2020 (Ex: ATOrd 0016537-81.2019.5.16.0019, ATSum 0016820-75.2017.5.16.0019 e ATOrd 0016882-23.2014.5.16.0019), prejudicando a prestação jurisdicional.*
  - *Observou-se, ainda, no item 15.3, elevado prazo médio de permanência de processos em algumas tarefas nos últimos 12 meses, a exemplo de “Controle de perícia” e “Aguardando audiência”.*
  - *Verificou-se, conforme item 15.4, processos que permaneceram mais de 260 dias na tarefa “Aguardando audiência”.*
  - *Ademais, constatou-se que a unidade não utiliza, em sua integralidade, o escaninho como meio de controle das pendências existentes no Juízo.*
- g) Fase de Liquidação** - Tendo em vista a existência de 179 (cento e setenta e nove) processos pendentes de elaboração de cálculos, deve o Diretor de Secretaria adotar, juntamente com o magistrado, todas as medidas necessárias a fim de resolver essa pendência, priorizando os mais antigos ( item 6.3.4);
- h) Arquivo provisório** - Ao remeter os autos ao arquivo provisório, emita certidão conforme estabelecido no art. 159, §1º, do Provimento Geral Consolidado, noticiando a ausência de depósito judicial ou recursal;
- i) Gestão da Secretaria** - Faça o acompanhamento periódico e rigoroso dos processos eletrônicos, assim como da produtividade dos servidores, a fim de que os atrasos detectados nesta ata sejam regularizados e não voltem a se repetir;
- j) Tramitação Preferencial** - Continue assegurando tramitação preferencial aos processos em que pessoas menores, idosas, portadores de deficiência, dentre outras, figurem como parte ou interveniente, de forma a dar cumprimento à determinação inserta no artigo 14, § 3º e 4º, inciso I, do PGC - TRT16, fazendo a necessária separação dos feitos em local próprio para facilitação do controle;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

- k) **Ciência aos servidores** - Disponibilize a ata a todos os servidores, devendo ser realizada leitura conjunta com todo corpo funcional, de modo a adotar as medidas necessárias ao cumprimento das determinações nela contidas.

**NOTA** - Deve o Diretor de Secretaria, no prazo de 30 (trinta) dias, informar à Corregedoria acerca do cumprimento do inteiro teor das referidas determinações, esclarecendo quais as providências adotadas para cumprimento de cada item, com a observação de que essas determinações não devem ser objeto de outras futuras em correições posteriores, sob pena de apuração de responsabilidades.

### 35. DAS PROVIDÊNCIAS PELA SECRETARIA DA CORREGEDORIA

- Disponibilizar no site do Tribunal o inteiro teor desta Ata, publicando-a no DEJT.

### 36. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Evandro de Souza, agradece a colaboração de todos aqueles que participaram dos trabalhos correccionais, fazendo-o em nome do Excelentíssimo Senhor Francisco José de Carvalho Neto, bem como do Ilustríssimo Senhor Diretor de Secretaria Mauro Heider e demais servidores, pelo tratamento cordial recebido.

**Destaca os seguintes pontos positivos:**

- Melhoria no desempenho no IGEST, passando da colocação 1315ª para 529ª, a nível nacional;
- Cumprimento das metas 1, 2, 6 e 7 /2019 do CNJ e metas 10,11 e 21/2019 do TRT-16ª Região;
- Decréscimo da taxa de congestionamento na fase de conhecimento, atingindo, em 2019, o índice de 31,37%;
- Constatou-se um decréscimo no total de processos pendentes de baixa, na fase de conhecimento, passando de 608 (2019) para 302 (até o mês de setembro de 2020);
- Valores pagos aos reclamantes em 2019 (R\$ 4.493.829,83) e em 2020, até o final de setembro (R\$ 2.227.091,06).

**Sabe-se, por outro lado, que o Exmo Desembargador Corregedor no cumprimento das obrigações regimentais, a ata também deve registrar pontos que devem ser melhorados. Nesse contexto, merecem uma atenção especial as recomendações e determinações da correição - 2019, não cumpridas, bem como as circunstâncias registradas no item 33, com destaque às seguintes:**

- Não foram cumpridas as metas 3, 5,/2019 do CNJ, meta 5/2019 do CSJT e meta 13/2019 do TRT 16ª Região;
- Os prazos médios para realização da 1ª audiência (177,1dias) e para o encerramento da instrução processual (467,63), apurados até o final de setembro/2020, permanecem elevados;
- De igual modo, continuam elevados os prazos médios do ajuizamento da ação até o encerramento da liquidação e entre o início e o encerramento da liquidação, tendo



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

sido apurado até o mês de setembro de 2020, os totais de de 1.161,52 e 210,35 dias, respectivamente;

- O índice de conciliação em 2019 (10,22%) ficou abaixo do pretendido pelo Regional, prejudicando o cumprimento da meta 3/2019 do CNJ;
- Houve decréscimo da taxa de congestionamento na fase de execução passando de 69,42%(2018), para 65,49%(2019), entretanto ainda permanece elevada, não cumprindo a meta 13 do TRT16.
- Observou-se o descumprimento dos arts. 55 e 64, do Provimento Geral Consolidado deste Regional, quanto à necessidade de designação de data para a publicação da sentença quando não proferida na audiência em que foi encerrada a instrução.
- O número de sentenças líquidas reduzido, havendo sido prolatadas somente 18 sentenças líquidas em 2019, não tendo sido proferidas sentenças líquidas em 2020, em desconformidade com a Recomendação nº 4/GCGJT/2018.

**Primeiramente, necessário esclarecer que a Correição Ordinária não se trata de uma mera formalidade, sendo o momento de verificação minuciosa da qualidade do serviço prestado pela Vara Trabalho, ocasião em que todos os prazos, pendências, produtividade, pontos positivos e negativos são analisados, com orientação para apuração de responsabilidades.**

**Dessa forma, à vista das imperfeições encontradas pela equipe correicional, juiz titular e servidores devem ficar cientes que o cumprimento das determinações e recomendações desta ata, bem como a melhoria dos serviços da Unidade, serão acompanhadas passo a passo pela Corregedoria Regional, em cumprimento à sua função regimental (art. 27, do Regimento Interno), ficando claro que não será tolerada desobediência aos comandos registrados no presente documento, salientando que esta postura tem caráter de incentivo, dever de que também se reveste a Corregedoria, de modo a incitar todos os juizes e servidores a uma prestação jurisdicional voluntariosa e eficaz.**

**Nesta perspectiva, insto a todos envolvidos nos trabalhos desenvolvidos na VT de Timon, a empenharem-se com afinco na prestação jurisdicional, para o que pondero ao senhor Juiz Titular e Diretor, responsáveis pela condução dos trabalhos, que estabeleçam critérios para resolverem as pendências de maior comprometimento da celeridade, bem assim mecanismos motivacionais, de forma a fomentar a autoestima dos servidores no desenvolvimento daquilo que os compete, inclusive cobrando da administração eventual apoio para o alcance de todas as metas frequentemente estabelecidas.**

**Na hipótese de eventual discordância em relação aos dados lançados nesta Ata ou de alguma recomendação ou determinação, deverá ser encaminhada à Corregedoria com a justificativa cabível ou a razão de não o fazer.**

**Por fim, cumprimentando a todos o Desembargador Corregedor e Vice-Presidente do TRT da 16ª Região, José Evandro de Souza, encerra este procedimento correicional, expressando agradecimento pela forma cordial e acolhedora com que o Desembargador e toda sua equipe foram recebidos, de forma virtual, na Vara do Trabalho de Timon.**



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL**

**37. DO ENCERRAMENTO**

Aos 23 dias do mês de outubro do ano dois mil e vinte, foi encerrada a presente Correição Periódica Ordinária. Nada mais havendo a consignar, o Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor, José Evandro de Souza, mandou encerrar a presente Ata, lavrada por mim, Valéria Moraes Marques, Secretária da Corregedoria, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor, pelo Excelentíssimo Senhor Juiz Titular Francisco José de Carvalho Neto, por mim, e pelo Diretor de Secretaria Mauro Heider Silva Ferreira.

JOSE EVANDRO DE SOUZA:30816326  
Assinado de forma digital por JOSE EVANDRO DE SOUZA:30816326  
Dados: 2020.11.11 10:28:31 -03'00'

**Des. José Evandro de Souza**

Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região

**Francisco José de Carvalho Neto**  
Juiz Titular da Vara do Trabalho de Timon

VALERIA MORAIS MARQUES:308161746  
Assinado de forma digital por VALERIA MORAIS MARQUES:308161746  
Dados: 2020.11.20 09:55:24 -03'00'

**Valéria Moraes Marques**  
Secretária da Corregedoria Regional

**Mauro Heider Silva Ferreira**  
Diretor de Secretaria da Vara do Trabalho de Timon

ASSINADO DIGITALMENTE POR FRANCISCO JOSE DE CARVALHO NETO: 30816668 (Lei 11.419/2006) EM 19/11/2020 - 10:04:30  
Identificador de autenticação: LGKQI6XJ28.TGV7ECNFI4.PDQ3QO9DQ7.MPVZ5YEUR7  
(Assinaturas adicionais na última página)

Confira a autenticidade do documento em <http://www.trt16.jus.br/site/index.php?acao=conteudo/validacao/index.php>

ASSINADO DIGITALMENTE POR MAURO HEIDER SILVA FERREIRA:30816849 (Lei 11.419/2006) EM 19/11/2020 - 10:53:44

Identificador de autenticação: 98O2FZ00WI.890F0HC6CI.R2VHNA9KRN.XU2B51H0J1